



# RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

# 2013



## MATERIALITY MATTERS



Global  
Reporting  
Initiative™

AT THE TIME OF PUBLICATION THE  
G4-17 TO G4-27 DISCLOSURES WERE  
CORRECTLY LOCATED IN THIS G4  
CONTENT INDEX AND FINAL REPORT.



## ÍNDICE

Mensagem do Presidente	3
1. Perfil do Relatório	4
2. Produto Portuário	5
3. Relacionamento com as Partes Interessadas	6
4. Materialidade	10
5. Conteúdos Padrão Específicos	13
5.1. Informação sobre a Forma de Gestão	13
5.2. Categoria: Económica	14
5.3. Categoria: Ambiental	18
5.4. Categoria: Social – Subcategoria: Práticas Laborais e Trabalho Condigno	21
5.5. Categoria: Social – Subcategoria: Direitos Humanos	31
5.6. Categoria: Social – Subcategoria: Sociedade	32
6. Conteúdos Padrão Geral	35
7. Desenvolvimento Social e Cidadania	35
8. Ética e Integridade	39
9. Tabela do Conteúdo da GRI	42
10. Lista de Acrónimos e Símbolos	54
11. Inquérito de Apreciação	57
12. Relatório Único	62



## Mensagem do Presidente

O Relatório de Gestão e Contas do Exercício, o Relatório de Governo Societário e o presente Relatório de Sustentabilidade, todos referentes ao ano de 2013, retratam a reafirmação do compromisso estratégico da APS-Administração do Porto de Sines, S.A. (APS) para com a sustentabilidade, num quadro de total transparência, deles constando as perspetivas para os principais desafios e metas para o futuro, designadamente a previsão de alargamento do âmbito de gestão da APS aos portos comerciais de Faro e de Portimão.

No pilar económico referência para a movimentação de mercadorias que atingiu 36,5 milhões de toneladas, o que representou um aumento de 28% face ao ano anterior, destacando-se o Terminal de Contentores (Terminal XXI) que movimentou 931 mil TEU, o que significou um crescimento de 68% relativamente a 2012. O número de navios aumentou 21,6%. No domínio económico-financeiro, o EBITDA aumentou 27,94% e o Resultado Líquido de 12,4 milhões de euros, correspondeu a um aumento de 27,33%. O prazo médio de pagamentos foi de 31 dias.

Os resultados alcançados são fruto do trabalho de um conjunto de intervenientes que em muito ultrapassa as fronteiras da autoridade portuária, designadamente as empresas titulares de concessões e licenças. Também o Fórum de Simplificação de Procedimentos (FSP), estrutura de debate e concertação e de estreitamento de relações de colaboração entre as diversas entidades diretamente relacionadas com a atividade do porto, as autoridades e entidades oficiais e os membros da Comunidade Portuária de Sines (CPSi), foi importante para o desenvolvimento do projeto-piloto de integração do Transporte Ferroviário na Janela Única Portuária (JUP), implementado com ferramentas desenvolvidas internamente e que levaram à criação oficial da Janela Única Logística (JUL), tornando o porto de Sines num porto *paper less* em toda a cadeia logística na vertente ferroviária.

No pilar ambiental: a manutenção da certificação ambiental, de acordo com a norma ISO 14001, como garantia das preocupações da APS na redução do impacto ambiental da sua atividade, a manutenção das certificações dos sistemas de Gestão da Qualidade (norma ISO 9001) e de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (norma OHSAS 18001), detendo ainda a APS, desde 2 de julho de 2013, a certificação do Sistema de Gestão de Segurança de Informação de acordo com a norma ISO/IEC 27001, que tem como âmbito a "gestão da segurança da informação nos serviços de governação da JUP - Janela Única Portuária no Porto de Sines, para o suporte aos despachos associados às escalas de navios e às mercadorias carregadas e descarregadas".

No pilar social, a empresa pauta-se pelo respeito pelas normas de referência europeias nesta temática, designadamente o Código de Ética e Conduta, o Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance*, o Plano para a Igualdade de Género para o triénio 2013/2015. Também a participação da APS no CEEP Portugal –Serviços de Interesse Geral, ao nível do Grupo Assuntos Sociais, na Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral da Rede Social, e ainda a cooperação com diferentes instituições, a adesão à Campanha Nacional de Conciliação da Vida Profissional e Familiar, da responsabilidade da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), e a adesão ao Projeto “Empresas para a Igualdade de Género—O Nosso Compromisso”, promovido pela CITE.

Para a obtenção dos resultados reportados, destaca-se o papel imprescindível dos trabalhadores da APS e o apoio e colaboração prestados pelos membros do Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas, realçando-se ainda, a colaboração proporcionada ao longo do ano pelos parceiros institucionais integrantes da comunidade local, regional e setorial em que o porto de Sines se insere, bem como por todos os concessionários, licenciados, clientes e fornecedores.

## 1. Perfil do Relatório

**(G4-22 e G4-23)** Reportado ao ano de 2013, o presente Relatório de Sustentabilidade da APS (RS) é o primeiro a ser elaborado com base na versão G4, das diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), elaborando a APS anualmente desde 2009 os seus relatórios de sustentabilidade, primeiro com base nas diretrizes e protocolos da GRI, versão 3.0 (G3), e no período de 2010 a 2012 com base nas diretrizes e protocolos GRI, na versão 3.1 (G3.1), tendo em todos os relatórios autodeclarado e obtido a classificação A, não tendo sido possível o “sinal mais” (+), por não ter recorrido a verificação por entidades externas.

**(G4-17 e G4-23)** Para o presente Relatório de Sustentabilidade, optou-se pelo modelo “de acordo – opção Abrangente”, ou seja, responde-se a todos os conteúdos padrão gerais, sendo que relativamente aos conteúdos padrão específicos, efetuou-se uma análise de materialidade através de questionário dirigido aos *stakeholders*, reportando-se exclusivamente os Aspectos materiais que obtiveram a classificação de “muito importantes”, apenas e única e exclusivamente referidos à atuação e gestão da APS, excluindo por isso, empresas participadas, empresas concessionárias, licenciadas ou outras.

Sempre que as informações relacionadas com o conteúdo do presente relatório e requeridas pelas opções “de acordo” já estejam incluídas noutros documentos da empresa, acrescentar-se-á no Sumário do Conteúdo da GRI, que consta no final do Relatório, as referências necessárias para que as partes interessadas possam encontrar nele a necessária informação material, designadamente no Relatório de Gestão e Contas e no Relatório de Governo Societário referentes ao ano de 2013.

O Relatório de Sustentabilidade incorpora as disposições previstas no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, começa com uma descrição do produto portuário, seguindo-se a forma de relacionamento com as partes interessadas, a materialidade e respetivos indicadores, o inquérito de apreciação, de preenchimento facultativo, sendo que nos anos anteriores não foram recebidos contributos, e ainda informação do Relatório Único da empresa.

As perguntas referentes ao relatório e/ou ao seu conteúdo, deverão ser dirigidas a:

Nome: Helena Maria Silva

Função: Diretora de Recursos Humanos

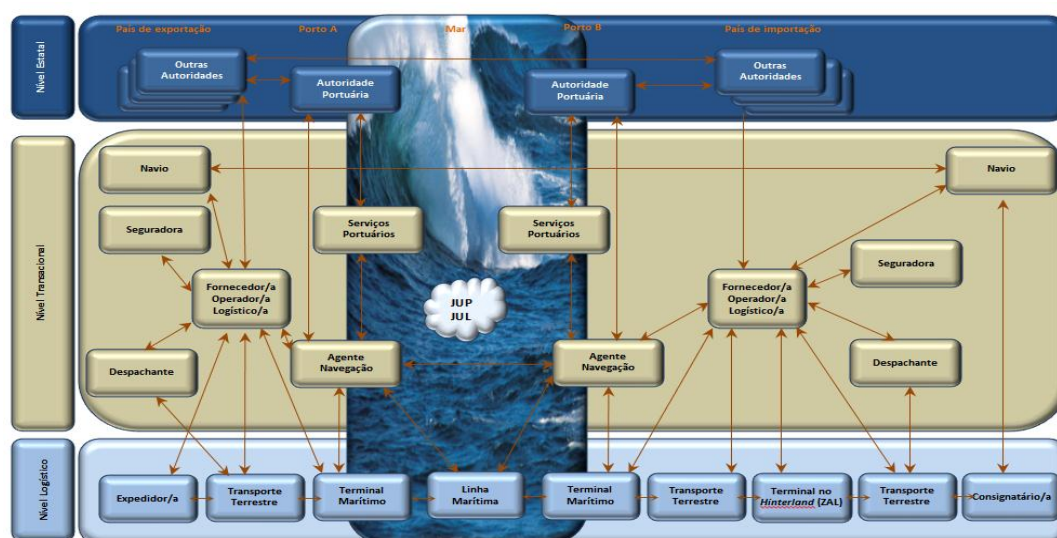
Telefone: +351 269 860 600 | Fax: +351 269 860 690

Correio eletrónico: [geral@portodesines.pt](mailto:geral@portodesines.pt) | Página eletrónica: [www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt)

Morada: APS—Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., Apartado 16, EC Sines, 7521-953 Sines, Portugal

## 2. Produto Portuário

(G4-25) O produto do Porto de Sines, enquanto elemento integrante do sistema de transportes e elo da cadeia logística, é a prestação de serviços a navios e mercadorias, cabendo ainda à autoridade portuária, complementarmente, a gestão das áreas dominiais atribuídas para outros fins não integrados no sistema de transportes, pelo que a prestação de serviços aos navios e às mercadorias enquadra-se numa rede global de prestação de serviços cujo relacionamento e comunicação geral se consubstanciam:



(G4-25) Decorrente do modelo de gestão portuária implementado, os serviços portuários que concorrem para a formação do produto portuário, podem ser prestados de forma direta ou indireta, existindo, neste último caso, agentes económicos privados que garantem os serviços em nome da autoridade portuária, como é o caso das concessões de serviço público.

(G4-25) Tendo em consideração a formação do produto portuário, para o qual também contribuem outros serviços que são prestados por entidades externas de natureza privada, no modelo de gestão portuária não existe sempre uma relação direta entre a autoridade portuária e os utilizadores do porto. Esta relação pode ser intermediada por um conjunto de entidades, algumas delas clientes da APS, que, em conjunto e especializando-se cada uma na sua função, devem concorrer para a formação do produto portuário visto como um todo, sendo atualmente prestados os serviços a seguir referidos, registando a APS como principais marcas registadas e utilizadas no ano de 2013, as seguintes:



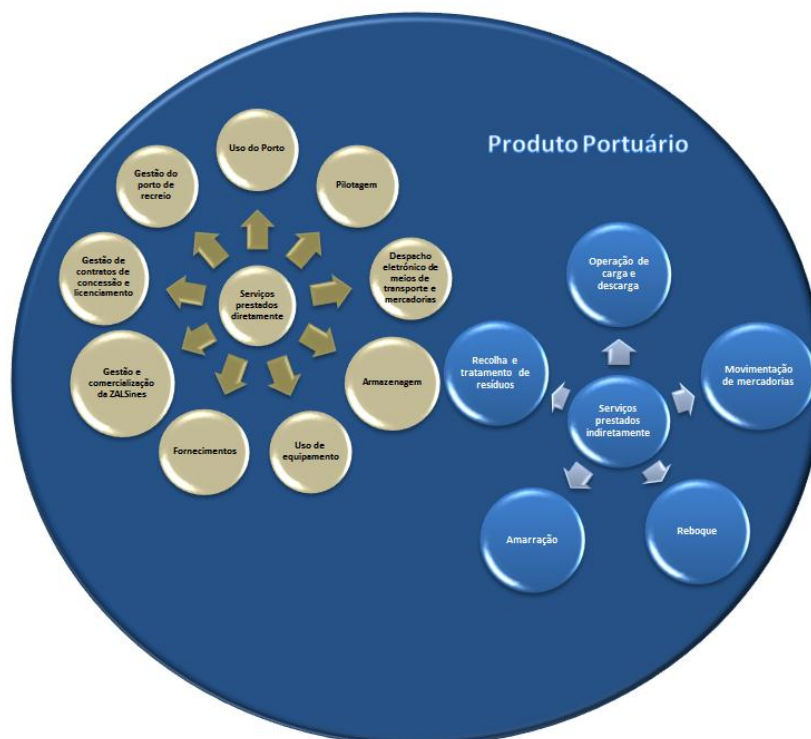
Porto de Sines



Porto de Recreio de Sines

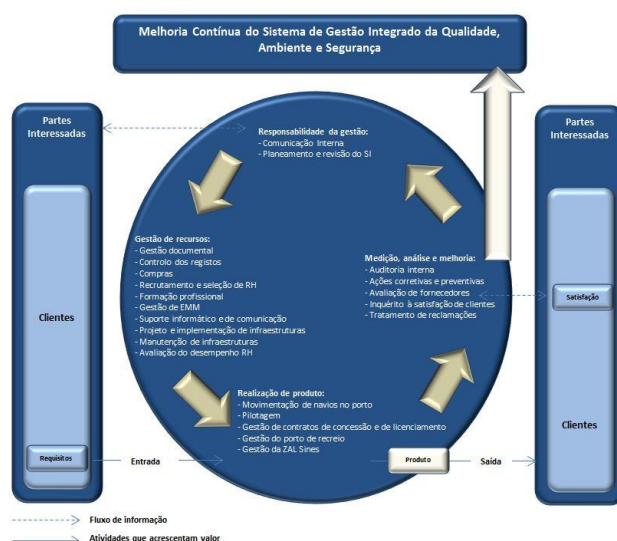


ZalSines



### 3. Relacionamento com as Partes Interessadas

**(G4-25)** Nas diversas etapas que compõem os processos de realização do Sistema de Gestão Integrado, e sempre que justificável, são evidenciados os modos de envolvimento, análise e controlo sobre o cumprimento dos requisitos do cliente com o objetivo de ir ao encontro da sua satisfação tendo em consideração os interesses de todas as partes interessadas, sendo a matriz de processos necessária ao Sistema de Gestão Integrado e o respetivo modo de relacionamento com as partes interessadas, a seguinte:



**(G4-25)** Tendo em conta a complexidade que resulta da realidade atrás descrita na formação do produto portuário, para se atingir a qualidade e competitividade adequadas na prestação de serviços portuários, e como forma de envolvimento e comunicação com uma parte significativa das partes interessadas da empresa, é dada especial importância à Comunidade Portuária de Sines (CPSi) que reúne com o objetivo de coordenar esforços dos diversos intervenientes, com vista à criação de sinergias, à adaptação das melhores práticas do sector e à diminuição dos custos de interação entre eles.

A CPSi integra uma multiplicidade de atores, concessionários/as, licenciados/as, carregadores/as/recebedores/as, empresas de trabalho portuário, empresas de estiva, agentes de navegação, transitários/as, despachantes, empresas de peritagem, empresas de transporte marítimo, fornecedores/as de navios e empresas instaladas na ZALSINES, entre outros, tendo no ano de 2013 integrado ainda a Associação Sindical dos Trabalhadores Administrativos, Técnicos e Operadores dos Terminais de Carga Contentorizada do Porto de Sines (Sindicato XXI) e o Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Mar e Terra de Sines (Sinporsines), os dois Sindicatos de trabalhadores/as portuários/as do Porto de Sines, e ainda a Svitzer Lisboa - Reboques Marítimos, SA (Svitzer), empresa de reboques que começou a operar em Sines. Referência ainda para a representação na CPSi da Câmara Municipal de Sines como Associada Honorária da Comunidade Portuária de Sines.

No ano de 2013 realizou-se a II Conferência da Comunidade Portuária de Sines que teve como tema “Sines 2020, Perspetivas e Expectativas”, que contou com a participação de membros da comunidade portuária local e do setor a nível nacional, evento que teve como objetivo fazer uma reflexão sobre a evolução do Porto de Sines até ao final da década, considerando as expectativas e perspetivas das diversas partes interessadas ligadas aos diferentes segmentos de carga, terminais e empresas utilizadoras desta infraestrutura portuária.

**(G4-25)** Para além das entidades integradas na comunidade portuária, a APS identifica, num sentido mais lato, as partes interessadas no desempenho do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança, (SI) considerando-se como partes interessadas pessoas, grupos ou organizações que afetam ou são afetados pelas atividades e produtos da APS, definindo-se formal e claramente as seguintes:

(G4-24)



(G4-25) O Fórum para a Simplificação de Procedimentos (FSP) constitui-se também como um espaço de reunião periódico e privilegiado para analisar as principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas, pelo que a APS adota ainda outras medidas que lhe permite monitorizar informações sobre a satisfação relativa aos serviços prestados pelo porto, por via de um processo documentado de questionários e de tratamento de reclamações no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, permitindo beneficiar de uma relação com as partes interessadas de transparência e eficiência.

O processo de tratamento de reclamações tem como objetivo garantir o correto tratamento de reclamações e potenciar a capacidade da APS para identificar tendências e eliminar as causas de reclamações, melhorando os serviços da empresa, e providenciando uma base para a revisão e análise contínuas do processo de tratamento de reclamações e do SI, estando formalmente previstas as responsabilidades e ações necessárias para o correto tratamento das reclamações de partes externas.

O processo de avaliação da satisfação do cliente tem como objetivo medir o grau de satisfação dos clientes da APS através da aplicação de inquéritos, identificando os pontos que constituam oportunidades de melhoria para o SI e que permitam determinar requisitos adicionais que melhorem a prestação da empresa e, deste modo, aperfeiçoem a relação com as partes interessadas, estando formalmente previstas as responsabilidades e requisitos para efetuar a avaliação da satisfação do cliente e estabelecer e manter os registos apropriados. A estes processos associa-se ainda a comunicação com os clientes efetuada através do Provedor do Cliente do Porto de Sines, cujo perfil, estatuto e contactos se encontram disponíveis na página eletrónica da APS em [www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt).

(G4-25) Outro processo de comunicação com as partes interessadas é a divulgação de Relatórios de Gestão e Contas, de Relatórios do Governo Societário e de Relatórios de Sustentabilidade, incluindo-se no inquérito de apreciação do Relatório de Sustentabilidade um conjunto de tópicos para avaliação por parte das partes interessadas, relativamente aos impactos económicos, ambientais e sociais. Os meios



de comunicação implementados para envolvimento das partes interessadas estão usualmente disponíveis 24 horas por dia, 365 dias por ano, sendo os seguintes **G4-26**:

Parte interessada	Descrição	Meios de comunicação
<b>Colaboradores/as</b>	Órgãos sociais, trabalhadores/as, aposentados/as, reformados/as e respetivas famílias, estagiários/as, estruturas representativas dos/as trabalhadores/as	Reuniões, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, Intranet, Portal do Colaborador, inquéritos por questionário, <i>clipping</i> diário, Sistema de Gestão Integrado, outros
<b>Acionista Único</b>	Estado Português	Reuniões, Assembleia-Geral, Relatórios, Diretrizes legais, outros
<b>Clientes</b>	Navios e mercadorias, armadores, agentes de navegação ou outros representantes legais, empresas concessionárias ou licenciadas, empresas instaladas na ZALSINES, utilizadores do Porto de Recreio, transportadores/as terrestres	Reuniões, Comunidade Portuária de Sines, Fórum para a Simplificação de Procedimentos, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, Janela Única Portuária (JUP), Janela Única Logística (JUL), Sistema de Gestão Integrado, outros
<b>Fornecedores</b>	Organização ou pessoa que fornece produtos ou serviços à APS: produtor/a, distribuidor/a, retalhista, vendedor/a, prestador/a de serviço ou informação	Reuniões, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, Plataforma Eletrónica de Compras Públicas, Sistema de Gestão Integrado, outros
<b>Comunidade</b>	Proprietários/as terrenos contíguos – populações do sistema urbano Sines – Santiago do Cacém – Santo André, Instituições de ensino e científicas, Organizações não-governamentais; Associações empresariais e outras associações; Comunicação Social; Público em geral	Reuniões, Comunidade Portuária de Sines, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, outros
<b>Entidades oficiais</b>	Departamentos governamentais; Serviços da Administração Direta do Estado; Serviços da Administração Indireta do Estado; Setor empresarial do Estado; Administração autónoma (local); Institutos e organizações da União Europeia	Reuniões, participação de trabalhadores/as em grupos de trabalho específicos, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, outros
<b>Autoridades</b>	Autoridade Aduaneira, Autoridade de Fronteiras, Autoridade Marítima, Autoridade de Sanidade Animal e Vegetal, Autoridade de Saúde	Reuniões, Comunidade Portuária de Sines, Fórum para a Simplificação de Procedimentos, participação de trabalhadores/as em grupos de trabalho específicos, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, outros
<b>Setor financeiro</b>	Entidades bancárias, analistas financeiros e seguradoras	Reuniões, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, outros
<b>Provedoria</b>	Provedor do Cliente do Transporte Marítimo do Porto de Sines	Reuniões, apresentação de sugestões, apresentação de reclamações, publicação de assuntos na página eletrónica da APS, Relatórios de Sustentabilidade, contactos disponíveis na página eletrónica da empresa, outros

No que respeita a fornecedores, salienta-se que a empresa, sempre que possível, dá prioridade ao mercado local na escolha de fornecedores de bens e serviços, no princípio da valorização da economia local e da sociedade envolvente, considerando-se fornecedores locais os que têm sede no concelho de

Sines e nos concelhos limítrofes ou contíguos, designadamente no concelho de Santiago do Cacém e Odemira.

No entanto, como entidade pública que é, a APS encontra-se obrigada a respeitar a legislação nacional e comunitária que lhe é aplicável, assim como as orientações tutelares em termos de mercados públicos, pelo que os indicadores referentes a aquisições a fornecedores constam do quadro seguinte:

DESIGNAÇÃO	2011	2012	2013
Aquisições a fornecedores locais (c/ IVA)	1.238.782€	1.175.927€	790.495€
Aquisições a outros fornecedores (c/IVA)	4.066.860€	4.978.077€	5.709.469€
Total de Fornecimentos (Contas 62 e 31) (C/IVA)	5.305.642€	6.154.004€	6.499.964€
<i>Peso dos fornecedores locais nos Fornecimentos</i>	<i>23,35%</i>	<i>19,11%</i>	<i>12,16%</i>

## 4. Materialidade

**(G4-18, G4-21 e G4-26)** A identificação dos Aspetos mais relevantes a incluir no presente Relatório de Sustentabilidade, partiu desde logo e numa primeira fase, das novas Diretrizes da GRI G.4, e também da obrigatoriedade legal imposta pelo Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece normas aplicáveis à APS e às quais deve obedecer, definindo princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, no sentido de promover a melhoria do desempenho da atividade pública empresarial.

**(G4-18, G4-21 e G4-26)** Ao nível da informação ao acionista e ao público em geral, o artigo 45º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, refere que anualmente a empresa deve prestar informação relativa ao modo como foi prosseguida a sua missão, o grau de cumprimento dos seus objetivos, a forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo.

**(G4-18, G4-21 e G4-26)** Outros temas relevantes a relatar têm fundamento no disposto nos artigos 49º e 50º Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que referem a prossecução de objetivos de responsabilidade social e ambiental, de proteção dos consumidores, de investimento na valorização profissional, de promoção da igualdade e da não discriminação, de proteção do ambiente e de respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, de necessidade de implementação de políticas de recursos humanos orientadas para a valorização das pessoas e de adoção de planos para a igualdade, justificando assim a opção de considerar os Aspetos constantes das diretrizes da GRI, relacionados com as temáticas referidas, como materialmente relevantes, indo ao encontro das expectativas das partes interessadas, designadamente do *shareholder*, pela influência que este tem na empresa ao nível da prestação de contas.

(G4-18, G4-20 e G4-26) Para complementar a abordagem qualitativa descrita de identificação de Aspectos materiais, efetuou-se numa segunda fase uma abordagem quantitativa, através da aplicação de inquéritos por questionário a uma amostra de trabalhadores/as da empresa, tendo sido identificados como temas de sustentabilidade relevantes os constantes das Diretrizes da GRI G.4, pelo que a avaliação foi feita tendo em consideração o grau de importância de cada Aspecto, tendo em conta a influência que cada um tem na avaliação dos impactos económicos, ambientais e sociais da empresa, quer no seu interior, quer no seu exterior (G4-20 e G4-21), não tendo sido identificados outros tópicos relevantes a relatar (G4-27).

(G4-18 e G4-26) Numa terceira fase, a partir da ordenação da importância de cada um dos Aspectos, a equipa interna responsável pela compilação do Relatório de Sustentabilidade obteve a seguinte listagem (G4-19) de Aspectos materiais a serem relatados no presente Relatório de Sustentabilidade, o qual tem a validação do Conselho de Administração:

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMA DE GESTÃO				
G4-DMA				
<b>Indicadores por Aspectos</b>				
<b>CATEGORIA: ECONÓMICA</b>				
Desempenho económico				
G4-EC1	G4-EC2	G4-EC3	G4-EC4	
Presença no Mercado				
G4-EC5	G4-EC6			
Impactos Económicos Indiretos				
G4-EC7	G4-EC8			
<b>CATEGORIA: AMBIENTAL</b>				
Efluentes e Resíduos				
G4-EN22	G4-EN23	G4-EN24	G4-EN25	G4-EN26
Produtos e Serviços				
G4-EN27	G4-EN28			
Transportes				
G4-EN30				

Geral				
G4-EN31				
<b>CATEGORIA: SOCIAL/PRÁTICAS LABORAIS E TRABALHO CONDIGNO</b>				
Emprego				
G4-LA1	G4-LA2	G4-LA3		
Relações Laborais				
G4-LA4				
Saúde e Segurança no Trabalho				
G4-LA5	G4-LA6	G4-LA7	G4-LA8	
Formação e Educação				
G4-LA9	G4-LA10	G4-LA11		
Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens				
G4-LA13				
<b>CATEGORIA: SOCIAL/DIREITOS HUMANOS</b>				
Práticas de Segurança				
G4-HR7				
<b>CATEGORIA: SOCIAL/SOCIEDADE</b>				
Combate à Corrupção				
G4-SO3	G4-SO4	G4-SO5		
Políticas Públicas				
G4-SO6				
Concorrência Desleal				
G4-SO7				
Conformidade				
G4-SO8				



**(G4-27)** A tabela do Conteúdo da GRI, disponível no final do presente Relatório identifica o local onde se poderá encontrar a abordagem de gestão e os indicadores correspondentes a cada Aspeto material.

## 5. Conteúdos Padrão Específicos

### 5.1. Informação sobre a Forma de Gestão

#### 5.1.1. G4-DMA – Impacto, Organização e Avaliação

No capítulo anterior estão identificados os Aspetos materiais identificados como relevantes a serem relatados, tendo em conta a influência que cada um tem na avaliação das categorias económica, ambiental e social da empresa, quer no seu interior, quer externamente, gerindo a empresa os seus impactos predominantemente através do Sistema Integrado e da auscultação das partes interessadas, designadamente o FSP e a CPSi, com vista a evitar impactos negativos, contribuindo assim para aumentar impactos positivos.

A comunicação *top-down-top*, utilizada pelos trabalhadores e trabalhadoras e suas estruturas representativas e por outras partes interessadas, para transmissão de recomendações e preocupações ao Conselho de Administração, é garantida pelo Sistema de Gestão Integrado, através dos processos documentados e em vigor na empresa, sendo este sistema um meio privilegiado de comunicação vertical no âmbito da melhoria contínua da empresa, não havendo registos de preocupações críticas comunicadas à gestão de topo.

O Sistema Integrado contém os mecanismos que permitem à empresa gerir os Aspetos materiais e os seus impactos através da política da qualidade, existindo o Comité do Sistema de Gestão (CSG) de assessoria ao Conselho de Administração na tomada de decisões que possuam impactos económicos, ambientais e sociais, não existindo delegação de competências sobre estes tópicos, ainda que estas matérias se inscrevam nas atribuições e competências de diversas unidades orgânicas da empresa, sendo o Conselho de Administração responsável pela declaração da visão, missão e valores, assim como pelo desenvolvimento estratégico, políticas e metas relacionadas.

No pilar social, salienta-se a permanência da APS, no CEEP Portugal – Serviços de Interesse Geral, ao nível do Grupo Assuntos Sociais e a na Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral da Rede Social.

A abordagem da gestão é avaliada através de auditorias internas e externas periódicas ao Sistema Integrado, e estão evidenciadas no Relatório de Gestão e Contas e no Relatório de Governo Societário de 2013, mantendo a APS um trabalho de melhoria contínua do seu desempenho económico, ambiental e social.

A abordagem de gestão é complementada com a resposta aos indicadores de desempenho da categoria económica, ambiental e social cujos Aspetos foram considerados materialmente relevantes, regendo a APS a sua atuação em matéria de direitos humanos, pelo respeito pelas convenções internacionais e por normas nacionais referentes a estas matérias, ao que acresce o facto de a empresa ter em prática um Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460 que contém os princípios gerais de atuação da empresa, assim como um Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance*, que asseguram a promoção de um diálogo efetivo com as partes interessadas.

A empresa tem ainda preocupações ao nível da participação na sociedade onde se encontra inserida, procedendo, sempre que possível, a ações voluntárias na sociedade que vão para além daquilo que se encontra regulado em legislação, potencializando os seus impactos positivos na sociedade, e reduzindo ou minimizando os eventuais impactos negativos da sua atuação.

O presente Relatório não contempla dados relativos a empresas participadas, concessionárias e outras, salientando-se a participação no capital de diferentes empresas, assim como a participação em diversas associações sectoriais, profissionais e regionais, designadamente:

Associação dos Portos de Portugal (APP)	<i>European Port Community Systems Association (EPCA)</i>	Associação Portuguesa da Qualidade (APQ)
Associação Portuguesa de Gestores de Recursos Humanos (APG)	Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)	Associação Empresarial de Sines (AES)
Associação Portuguesa do Transporte Marítimo de Curta Distância (APTMCD)	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transporte (ADFERSIT)	Associação Portuguesa de Portos de Recreio (APPR)
<i>World Association for Waterborne Transport Infrastructure (PIANC)</i>	<i>International Association of Ports and Harbours (IAPH)</i>	Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE)
Centro Europeu das Empresas com Participação Pública e/ou Interesse Económico Geral (CEEP-Portugal)	Fórum de Administradores de Empresas (FAE)	Associação Para a Formação Tecnológica do Litoral Alentejano (ETLA)
Associação para o Conhecimento e Economia do Mar (Oceano XXI)		

## 5.2. Categoria: Económica

### 5.2.1. Aspeto: Desempenho Económico

#### G4-EC1 – Valor Económico Direto Gerado e Distribuído

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	2011	2012	2013
Resultado Líquido (euros)	8.370.662	9.722.723	12.379.794
- reserva indisponível – bens reversíveis	0	1.825.325	1.461.623
- reserva legal	837.066	972.272	1.237.979
- distribuído sob a forma de dividendos	4.185.331	3.462.563	3.388.067

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	2011	2012	2013
- não distribuído	3.348.265	3.462.563	6.292.125
Resultado Operacional (euros)	8.962.233	12.568.699	17.185.728
EBITDA ajustado das amortizações de subsídios e do reconhecimento de rendimentos relativos aos bens reversíveis das concessionárias (euros)	15.037.841	20.508.506	21.031.509
Valor Acrescentado Bruto (euros)	26.401.826	27.658.544	32.342.959
Autonomia Financeira (%)	78,8	67,8	68,3

OUTROS INDICADORES	2011	2012	2013
Investimento (euros)	22.181.533	14.236.841	2.471.984
Donativos (euros)	62.150	262.789	81.928
Indemnizações a Trabalhadores (euros)	274.675	166.376	0

#### ***G4-EC2 – Implicações Financeiras e Outros Riscos e Oportunidades para as Atividades da Organização em Decorrencia de Mudanças Climáticas***

A APS não dispõe de um sistema de recolha de dados que permita relatar riscos e oportunidades suscitados por mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais em operações, receitas ou despesas, contudo, a longo prazo, pretende implementar sistemas de monitorização que permitam tratar este tipo de variáveis.

#### ***G4-EC3 – Cobertura das Obrigações Previstas no Plano de Pensão de Benefício Definido da Organização***

A APS constituiu uma provisão para efeitos de reestruturação interna, traduzindo o valor previsto dos incentivos pecuniários a atribuir a trabalhadores e trabalhadoras subscritores/as da Caixa Geral de Aposentações (CGA) que requereram a aposentação antecipada por referência a 2012-12-31, o qual é atribuído no momento em que é reconhecido o direito pela CGA.

OUTROS INDICADORES	2011	2012	2013
Saldo Inicial	0	1.190.088	1.970.546
Constituição/Reforço de Provisão	1.190.088	928.850	0
Utilização/Redução da Provisão/Incentivo Atribuído aos/as Trabalhadores/as Subscritores/as da CGA	0	148.393	991.732
Saldo Final	1.190.088	1.970.546	978.814

#### ***G4-EC4 – Assistência Financeira Recebida do Governo***

Ao nível do apoio financeiro público, não houve recebimentos em 2013.

### 5.2.2. Aspeto: Presença no Mercado

#### ***G4-EC5 – Variação da Proporção do Salário Mais Baixo, Discriminado por Género, Comparado ao Salário Mínimo Local em Unidades Operacionais Importantes***

Na APS não existem trabalhadores nem trabalhadoras com remunerações sujeitas às regras do Salário Mínimo Nacional (SMN), pelo que, e na falta de dados sobre os salários pagos pelas empresas locais, procede-se à comparação da remuneração base dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa com o SMN e com o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), conforme consta do quadro seguinte:

EVOLUÇÃO SALARIAL	SEXO	2011	2012	2013
SMN-Salário Mínimo Nacional		485,00 €	485,00 €	485,00 €
IAS-Indexante dos Apoios Sociais		419,22 €	419,22 €	419,22 €
Evolução da base de remuneração mais baixa paga pela APS relativamente ao SMN	M	1,59	1,59	1,59
	F	1,77	1,77	1,77
Evolução da base de remuneração mais baixa paga pela APS relativamente ao IAS	M	1,83	1,83	1,83
	F	2,05	2,05	2,05
Evolução da base de remuneração mais alta paga pela APS relativamente ao SMN	M	9,59	9,59	10,03
	F	11,21	11,21	7,16
Evolução da base de remuneração mais alta paga pela APS relativamente ao IAS	M	11,09	11,09	11,60
	F	12,97	12,97	8,28

#### ***G4-EC6 – Proporção de Membros da Alta Direção Contratados na Comunidade Local em Unidades Operacionais Importantes***

As práticas de gestão de recursos humanos relacionadas com o recrutamento e seleção, não incluem critérios preferenciais referentes a pessoas residentes no concelho onde a empresa está sediada, sendo os trabalhadores e trabalhadoras preferencialmente recrutados/as através de concursos de admissão internos e/ou externos, por publicação de anúncio em jornais de tiragem regional.

No que respeita a órgãos sociais, estes são eleitos em sede de Assembleia Geral da empresa, pelo acionista Estado, sendo que no que respeita aos membros do Conselho de Administração deverão ter previamente o parecer favorável da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP), não tendo a empresa qualquer influência nas decisões relativas à eleição de membros da comunidade local de Sines para esses cargos. Porém, o Conselho de Administração é composto por três elementos que integram o efetivo da empresa, sendo um dos seus membros residente no concelho de Sines e oriundo das ex-colónias portuguesas, e o Conselho Fiscal composto por três elementos efetivos e



um suplente em que três são mulheres, das quais uma preside e outra é suplente, e que não constam do efetivo da empresa, por não exercerem funções a tempo completo.

Por outro lado, e no que respeita às 9 chefias de primeira linha em funções em 31 de dezembro do ano de relato, importa realçar que 7 eram do sexo masculino e 2 do sexo feminino, sendo cerca de 22% naturais do distrito onde está sedeadada geográfica e territorialmente a empresa e das ex-colónias portuguesas, residindo todas as chefias de primeira linha no concelho de Sines e de Santiago do Cacém.

A distribuição dos membros do Conselho de Administração e das chefias de primeira linha por distrito de nascimento é a seguinte:

DISTRITO DE NASCIMENTO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DE CHEFIAS DE PRIMEIRA LINHA	SEXO	
	MASCULINO	FEMININO
Faro	1	0
Setúbal	1	0
Lisboa	2	0
Portalegre	1	0
Castelo Branco	1	0
Viana do Castelo	1	0
Aveiro	1	0
Angola	1	1
Moçambique	1	1
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>2</b>

### **5.2.3. Aspeto: Impactos Económicos Indiretos**

#### ***G4-EC7 – Desenvolvimento e Impacto de Investimentos em Infraestrutura e Serviços Oferecidos***

Todos os investimentos da empresa, que por pertencer ao Setor Empresarial do Estado, presta um serviço público e gere património público, têm como objetivo assegurar o interesse público, no âmbito da prestação de serviços de qualidade e de competitividade, no exercício da regulação da atividade portuária, na preservação do património afeto, na maximização do retorno do acionista Estado, na minimização dos impactos para os recursos naturais e para o ambiente e na salvaguarda da segurança de pessoas e bens.

#### ***G4-EC8 – Impactos Económicos Indiretos Significativos, Inclusive a Extensão dos Impactos***

A atividade do Porto de Sines gera importantes impactos diretos, indiretos e induzidos ao nível local, regional e nacional, cujos efeitos diretos se traduzem por um lado na resposta aos indicadores de

desempenho relatados no presente Relatório, e por outro lado, na atividade do porto que gera um conjunto de impactos económicos em todas as empresas que fazem parte da comunidade portuária de Sines. Os efeitos indiretos são redistribuídos por todo um conjunto de agentes económicos locais e regionais, através da aquisição de bens e serviços, da geração de emprego e do consumo associado, como também através de outras formas de alocação do valor acrescentado.

O papel estratégico do Porto de Sines no abastecimento energético do país, induz também um conjunto de efeitos económicos na economia nacional, não se dispondo de dados mensuráveis atualizados sobre a sua extensão.

### 5.3. Categoria: Ambiental

#### 5.3.1. Aspeto: Efluentes e Resíduos

##### ***G4-EN22 – Descarga Total de Água, Discriminada por Qualidade e Destino***

As águas pluviais estão livres de contaminação e são descarregadas em meio hídrico, sendo os efluentes de origem doméstica tratados por uma entidade externa.

##### ***G4-EN23 – Peso Total de Resíduos, Discriminado por Tipo e Método de Disposição***

A estimativa de resíduos produzidos consta do quadro seguinte, sendo a gestão de resíduos realizada por empresa externa:

RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS				RESÍDUOS PERIGOSOS			
	QUANTIDADES ESTIMADAS (ton)				QUANTIDADES ESTIMADAS (ton)		
DESTINO <sup>(1)</sup>	2011	2012	2013	DESTINO <sup>(1)</sup>	2011	2012	2013
Valorização	4,865	4,98	1,98	Valorização	0	1	0
Eliminação D15	14,2	14,806	15,392	Eliminação	0,005	0	0

(1) De acordo com Portaria 209/2004, de 3 de março.

##### ***G4-EN24 – Número Total e Volume de Derrames Significativos***

A APS procede ao registo dos acidentes e incidentes ocorridos na área portuária, pelo que no período de relato não existiram derrames considerados significativos, considerando-se a quantidade, área atingida e entidades envolvidas. As empresas concessionárias e licenciadas são responsáveis, no âmbito da sua atividade, pelos produtos derramados, ativando os respetivos planos de emergência em interligação com os restantes planos de emergência das Autoridades Portuária e Marítima.

DERRAMES	2011	2012	2013
Número total de derrames (nº)	0	0	0
Volumes de derrames (l)	0	0	0

***G4-EN25 – Peso dos Resíduos Transportados, Importados, Exportados ou Tratados Considerados Perigosos nos Termos da Convenção da Basileia, Anexos I, II, III e VIII, e Percentagem de Resíduos Transportados Internacionalmente***

No desenvolvimento da sua atividade a APS não produz resíduos que necessitem de ser geridos nos termos da Convenção de Basileia.

***G4-EN26 – Identificação, Tamanho, Status de Proteção e Valor da Biodiversidade de Corpos d'Água e Habitats Relacionados Significativamente Afetados por Descargas e Drenagem de Água Realizadas pela Organização***

A APS não tem registos de recursos hídricos e habitats afetados de forma significativa pelas descargas de águas ou escoamento superficial.

**5.3.2. Aspeto: Produtos e Serviços**

***G4-EN27 – Extensão da Mitigação de Impactos Ambientais de Produtos e Serviços***

Em 2013 a APS continuou a desenvolver ações de modo a atingir reduções do consumo de energia e melhorar a qualidade do ar interior dos edifícios através da substituição de alguns equipamentos AVAC, tendo ocorrido ainda trabalhos de modelação da pedreira, colocação de terra, estabelecimento do revestimento herbáceo e arbustivo com espécies vegetais autóctones e/ou adaptadas às condições da zona de plantação de árvores.

No âmbito do controlo ambiental das grandes obras foi lançada e adjudicada a consulta para a “Aquisição de Serviços para Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Expansão do Terminal de Contentores de Sines (TXXI) – 3ª e 4ª Fases”

***G4-EN28 – Percentagem de Produtos e suas Embalagens Recuperados em Relação ao Total de Produtos Vendidos, Discriminado por Categoria de Produtos***

A APS não reporta nem tenciona reportar o presente indicador, já que não se relaciona com a sua atividade principal de fornecimento de serviços.

### 5.3.3. Aspeto: Transportes

#### ***G4-EN30 – Impactos Ambientais Significativos decorrentes do Transporte de Produtos e Outros Bens e Materiais Usados nas Operações da Organização, bem como do Transporte de seus/suas Empregados/as***

Destacam-se as emissões indiretas subjacentes ao transporte de trabalhadores/as entre casa e o local de trabalho através de veículos da frota automóvel da empresa, assim como as relativas a situações de deslocações em serviço, não sendo contabilizadas as emissões da empresa prestadora de serviços de transporte por não se possuir os registos dos consumos de combustível associados.

### 5.3.4. Aspeto: Geral

#### ***G4-EN31 – Total de Investimentos e Gastos com Proteção Ambiental, Discriminado por Tipo***

INVESTIMENTOS 2013	
DESIGNAÇÃO	VALOR (euros)
Eficiência energética	7.350
Sombreamento dos TK de recolha de óleos e água	7.250
Sistema de drenagem de águas sujas e oleosas	18.635
Ciclovia – marginal panorâmica costa norte TGLS	54.529
Estudos climatização	850
<b>Total</b>	<b>88.614</b>

CUSTOS 2013	
DESIGNAÇÃO	VALOR (euros)
Trabalhos Especializados (Análises ar, água, areia e solos)	131.295
Donativos de mecenato ambiental	2.700
<b>Total</b>	<b>133.995</b>



## 5.4. Categoria: Social – Subcategoria: Práticas Laborais e Trabalho Condigno

### 5.4.1. Aspeto: Emprego

#### *G4-LA1 – Número Total e Taxas de Novas Contratações de Empregados/as e Rotatividade por Faixa Etária, Género e Região*

Durante o ano de 2013 verificou-se a saída da empresa de 17 pessoas, em 65% dos casos por motivo de aposentação, pelo que os 13 trabalhadores que cessaram a sua relação jurídica de emprego, pertenciam ao escalão etário dos 30 aos 50 anos, ao escalão etário que integra pessoas entre os 30 e os 50 anos de idade e ao escalão etário que incorpora pessoas com idade superior a 50 anos, representando, respetivamente, 50%, 5,56% e 16,07% dos homens pertencentes a esse escalão etário. As 4 trabalhadoras que saíram da empresa pertenciam na sua totalidade ao escalão etário com idade superior a 50 anos, representando 18,18% das mulheres que integram esse escalão etário.

As 3 entradas encontram-se relacionadas com o regresso de licença sem retribuição de 2 trabalhadores que trabalham em regime de horário de trabalho por turnos e com a eleição pela Assembleia Geral da empresa de um novo membro para integrar o Conselho de Administração, pertencendo ao escalão etário dos 30 aos 50 anos e ao escalão etário que integra pessoas com idade entre os 30 e os 50 anos de idade, representando, respetivamente, 50% e 3,70% dos trabalhadores registados nesses escalões etários. O presente indicador é reportado parcialmente, não sendo relatados dados por região, tendo em conta que a empresa está apenas sediada no concelho de Sines em Portugal.

MOVIMENTO DE PESSOAL				
	SEXO	2011	2012	2013
EFFECTIVO INICIAL	M	157	125	125
	F	54	51	47
	T	211	176	172
Entradas	M	1	7	3
	F	0	1	0
	T	1	8	3
Saídas	M	33	7	13
	F	3	5	4
	T	36	12	17
EFFECTIVO FINAL	M	125	125	115
	F	51	47	43
	T	176	172	158
ÍNDICE DE ROTAÇÃO	M	0,65	0,90	0,82
	F	0,89	0,82	0,84
	T	0,71	0,88	0,82
TAXA DE ENTRADAS	M	0,80%	5,60%	2,61%
	F	0,00%	2,13%	0,00%
	T	0,57%	4,65%	1,90%
TAXA DE SAÍDAS	M	26,40%	5,60%	11,30%
	F	5,88%	10,64%	9,30%
	T	20,45%	6,98%	10,76%

SAÍDAS POR MOTIVO				
	SEXO	2011	2012	2013
Iniciativa do trabalhador	M	0	2	2
	F	0	0	0
	T	0	2	2
Iniciativa da empresa	M	31	0	0
	F	2	0	0
	T	33	0	0
Termo de contrato	M	0	0	0
	F	0	0	0
	T	0	0	0
Termo da comissão de serviço por nomeação	M	0	0	1
	F	0	0	1
	T	0	0	2
Aposentação/Reforma	M	2	1	8
	F	0	1	3
	T	2	2	11
Outros	M	0	4	2
	F	1	4	0
	T	1	8	2
TOTAL	M	33	7	13
	F	3	5	4
	T	36	12	17

***G4-LA2 – Benefícios Concedidos a Empregados/as a Tempo Integral que não são Oferecidos a Empregados/as Temporários/as ou em Regime de Meio Período, Discriminados por Unidades Operacionais Importantes da Organização***

A empresa proporciona benefícios sociais aos seus trabalhadores e trabalhadoras, os quais se encontram formalmente documentados em procedimento no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, ao qual todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras têm acesso, e que constam do quadro abaixo. Durante o período de relato a empresa não recorreu a contratos de utilização de trabalho temporário e não existiram trabalhadores em regime de trabalho a tempo parcial, pelo que os benefícios sociais apresentados no quadro abaixo não abrangem essas pessoas, salientando-se contudo que os dados referentes ao triénio abrangem beneficiários/as em situação de aposentação.

BENEFÍCIOS SOCIAIS			
DESCRIÇÃO	2011	2012	2013
Encargos com saúde	132.477,00	119.638,83	111.236,67
Encargos com aleitação	836,00	700,29	451,18
Encargos com infância	38.367,00	38.833,72	41.507,83
Encargos com estudos	72.737,00	69.496,46	63.113,73
Encargos com transportes	112.381,00	112.381,00	114.303,76
Encargos com seguros	121.029,00	100.073,21	101.496,92
<b>NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS/AS</b>			
Beneficiários/as	516	524	514

***G4-LA3 – Taxas de Retorno ao Trabalho e Retenção após Licença de Maternidade/Paternidade, Discriminadas por Género***

A empresa tem uma preocupação crescente no que respeita à proteção na parentalidade, não só no que respeita às trabalhadoras que são mães, como também relativamente aos trabalhadores que são pais, efetuando-se um grande esforço no incentivo aos pais para partilharem as licenças parentais com as mães e para utilizarem a licença parental exclusiva do pai opcional, que se encontram previstas no Código do Trabalho em anexo à Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro, aplicáveis a todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Os dados referentes a taxas de retorno ao trabalho e retenção após ocorrência de licenças parentais, discriminadas por trabalhadores e por trabalhadoras, encontram-se no quadro abaixo, salientando-se que a taxa de retenção de trabalhadoras e de trabalhadores que regressaram ao trabalho após o gozo de licenças parentais e de faltas para assistência a filhos e a filhas tem sido sempre de 100%, pelo que decorridos doze meses após o gozo das respetivas licenças ou faltas, estas pessoas ainda se encontram ao serviço da empresa, nas mesmas condições de trabalho.

PARENTALIDADE				
MODALIDADES	SEXO	2011	2012	2013
Nº de crianças nascidas no ano	F	2	1	3
	M	2	6	2
Utilização de dispensa para consulta pré-natal (nº)	F	2	3	3
	M	0	2	1
Utilização de licença parental inicial (exclusiva da mãe) (nº)	F	2	1	3
Utilização de licença parental (exclusiva do pai obrigatória) (nº)	M	2	6	2
Utilização de licença parental (exclusiva do pai opcional) (nº)	M	1	4	0
Utilização de licença por interrupção da gravidez (nº)	F	1	0	0
Utilização de licença parental inicial não partilhada (nº)	F	2	0	1
	M	0	0	0
Utilização de licença parental inicial partilhada (nº)	F	0	1	2
	M	2	2	3
Taxa de retorno ao trabalho após utilização de licença parental (%)	F	100%	100%	100%
	M	100%	100%	100%
Utilização de dispensa para amamentação (nº)	F	1	1	3
Utilização de dispensa para aleitação (nº)	F	0	0	0
	M	0	0	0
Utilização de falta para assistência a filho menor de 12 anos (nº)	F	7	0	0
	M	1	0	0
Utilização de falta para assistência a filho maior de 12 anos (nº)	F	0	0	1
	M	0	0	0
Taxa de retorno ao trabalho após utilização de falta para assistência a filho (%)	F	100%	0%	100%
	M	100%	0%	100%

#### 5.4.2. Aspeto: Relações Laborais

##### ***G4-LA4 – Prazo Mínimo de Notificação sobre Mudanças Operacionais e se elas são Especificadas em Acordos de Negociação Coletiva***

Durante o período de relato do presente Relatório não se verificaram mudanças operacionais significativas que fossem passíveis de notificação aos trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações representativas, constando o processo sobre notificação prévia de procedimento documentado no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, que define claramente a definição de responsabilidades,

competências, fluxos de informação e meios adotados para a gestão da comunicação interna na empresa.

Pese embora o tema da igualdade de género não se relacione diretamente com mudanças operacionais, a empresa efetuou reuniões com a estrutura mais representativa dos trabalhadores e das trabalhadoras e com o Grupo Desportivo e Cultural da APS, no âmbito da elaboração do Plano para a Igualdade de Género da empresa para o triénio 2013/2015, designadamente em matéria de colaboração entre as partes, já que a empresa considera este tipo de colaboração, um fator de sucesso na implementação do Plano para a Igualdade de Género da APS para o triénio 2013/2015, sendo a evolução do registo de trabalhadores e de trabalhadoras sindicalizados/as o seguinte:

ESTRUTURAS REPRESENTATIVAS DOS/AS TRABALHADORES/AS				
	SEXO	2011	2012	2013
Total de Trabalhadores/as Sindicalizados/as	M	54	53	49
	F	11	10	6
	T	65	63	55
Efectivo em 31 de Dezembro	M	125	125	115
	F	51	47	43
	T	176	172	158
Taxa de Sindicalização	M	43%	42%	43%
	F	22%	21%	14%
	T	37%	37%	35%

#### **5.4.3. Aspeto: Saúde e Segurança no Trabalho**

##### ***G4-LA5 – Percentagem da Força de Trabalho Representada em Comitês Formais de Saúde e Segurança, Compostos por Empregados/as de Diferentes Níveis Hierárquicos, que Ajudam a Monitorizar e Orientar Programas de Saúde e Segurança no Trabalho***

A empresa tem eleita uma comissão paritária de Segurança e Saúde no Trabalho que representa a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa, constituída por 3 pessoas que representam a empresa designadas pelo Conselho de Administração (2 mulheres e 1 homem) e por 3 trabalhadores/as efetivos/as (2 mulheres e 1 homem) e 3 suplentes (2 mulheres e 1 homem), eleitos/as pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, e cuja constituição é publicitada no Boletim do Trabalho e do Emprego.

A promoção da segurança e saúde no trabalho é ainda assegurada por duas técnicas superiores de segurança e saúde no trabalho, que efetuam visitas aos postos de trabalho semanais, conjuntamente com o médico do trabalho e com elementos da Comissão paritária de Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com a calendarização prevista e com o programa de gestão de segurança e saúde no trabalho, com o objetivo de proceder à monitorização da segurança e saúde dos trabalhadores e



trabalhadoras da empresa e à orientação de eventuais correções que seja necessário realizar de acordo com tabelas de identificação e avaliação de riscos.

#### **G4-LA6 – Tipos e Taxas de Lesões, Doenças Ocupacionais, Dias Perdidos, Absentismo e Número de Óbitos Relacionados com o Trabalho, Discriminados por Região e Género**

O presente indicador relata o desempenho da APS em matéria de segurança e saúde no trabalho, revelando se as práticas de gestão de saúde e segurança adotadas pela empresa resultam na diminuição de acidentes de trabalho, pelo que os dados constantes do quadro abaixo demonstram a preocupação da empresa na promoção da saúde e segurança nos locais de trabalho.

Destaca-se ainda que a empresa possui um processo documentado relativo a tramitação e investigação de acidentes e incidentes no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, o qual se encontra acessível para consulta por todos os trabalhadores e trabalhadoras da empresa, independentemente da modalidade de vínculo, os/as quais também se encontram abrangidos/as por um seguro de acidentes de trabalho.

No cálculo de dias perdidos registado no período de relato, utilizaram-se dias seguidos contados a partir da data de ocorrência do acidente, sendo os dados extraídos do Relatório Único – Informação sobre a Atividade Social da Empresa. O presente indicador é reportado parcialmente, não sendo relatados dados por região, tendo em conta que a empresa está apenas sediada no concelho de Sines em Portugal.

ACIDENTES DE TRABALHO, NO TEMPO DE TRABALHO, COM TRABALHADORES VINCULADOS POR CONTRATO DE TRABALHO OU EQUIPARADO AO EMPREGADOR	SEXO	TOTAL			< A 1 DIA (sem dar lugar a baixa)			1 A 3 DIAS DE BAIXA			4 A 30 DIAS DE BAIXA			> 30 DIAS DE BAIXA			MORTAL		
		2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
N.º de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência do relatório	M	4	2	1	2	1	0	0	0	0	0	1	0	2	0	1	0	0	0
	F	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
	T	4	3	1	2	1	0	0	0	0	0	2	0	2	0	1	0	0	0
N.º de dias de trabalho perdidos na sequência de AT ocorridos no ano de referência do relatório	M	130	7	85	0	0	0	0	0	0	0	7	0	130	0	85	0	0	0
	F	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0
	T	130	12	85	0	0	0	0	0	0	0	12	0	130	0	85	0	0	0
N.º de dias de trabalho perdidos no ano de ref. do relatório, na seq. dos AT ocorridos em anos anteriores	M	310	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	310	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	310	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	310	0	0	0	0	0

Cálculo das taxas de frequência e gravidade dos acidentes de trabalho		SEXO	2011	2012	2013
Horas efectivamente trabalhadas (normais e suplementares) durante o ano - Total		T	293773	293003	277.045
N.º Total de Trabalhadores		T	176	172	162
		M	125	125	118
		F	51	47	44
N.º Total de Acidentes		T	4	3	1
		M	4	2	1
		F	0	1	0
N.º Total de Acidentes com Baixa		T	2	2	1
		M	2	1	1
		F	0	1	0
N.º Total de dias perdidos		T	130	12	85
		M	130	7	85
		F	0	5	0
Taxa de frequência Tf = (N.º de acidentes de trab. com baixa / N.º horas efectivamente trabalhadas) x 1.000.000		T	6,81	6,83	3,61
		M	6,81	3,41	3,61
		F	0,00	3,41	0,00
Taxa de gravidade Tg = (N.º de dias perdidos / N.º horas efectivamente trabalhadas) x 1.000.000		T	442,52	40,96	306,81
		M	442,52	23,89	306,81
		F	0,00	17,06	0,00
Taxa de incidência (Total AT) TIT = (N.º de AT Totais / N.º total de trab. ) x 1.000		T	22,73	17,44	6,17
		M	22,73	11,63	6,17
		F	0,00	5,81	0,00
Taxa de incidência (AT mortais) TIM = (N.º de AT mortais / N.º total de trab. ) x 1.000		T	0,00	0,00	0,00
		M	0,00	0,00	0,00
		F	0,00	0,00	0,00

#### G4-LA7 – Empregados/as com Alta Incidência ou Alto Risco de Doenças Relacionadas com a sua Ocupação

A empresa não tem profissões com alta incidência ou alto risco de ocorrência de doenças específicas e/ou graves, sendo, no entanto, registados os seguintes dados que refletem a preocupação da empresa com a prevenção da segurança e saúde dos seus trabalhadores e trabalhadoras:

AÇÕES DE INFORMAÇÃO		2011		2012		2013	
Código	Designação - (Situação contemplada)	N.º Ações	N.º Destinatários	N.º Ações	N.º Destinatários	N.º Ações	N.º Destinatários
01	Admissão dos trabalhadores	1	1	6	7	1	1
02	Atividades que envolvem trabalhadores não pertencentes ao estabelecimento	0	0	0	0	0	0
03	Mudança de posto de trabalho	0	0	0	0	1	1
04	Introdução ou mudança de equipamento de trabalho	0	0	1	4	0	0
05	Adoção de novas tecnologias	32	256	14	129	0	0
06	Utilização de equipamentos de proteção individual (EPI's)	0	0	0	0	0	0
99	Outras situações contempladas	0	0	0	0	2	2
Total		33	257	21	140	4	4

AÇÕES DE CONSULTA		2011		2012		2013	
Código	Designação - (Razão da consulta)	N.º Ações	N.º Participantes	N.º Ações	N.º Participantes	N.º Ações	N.º Participantes
01	Medidas de segurança, higiene e saúde no trabalho a aplicar	2	186	2	181	2	166
02	Outras medidas com reflexos na promoção da segurança, higiene e saúde no trabalho	0	0	0	0	0	0
03	Programação e organização da formação	0	0	0	0	0	0
04	Designação de representante do empregador	0	0	0	0	0	0
05	Designação de trabalhadores responsáveis pelas atividades de 1.º socorros, combate a incêndios e evacuação de trabalhadores	0	0	0	0	0	0
06	Aquisição de equipamento de proteção individual (EPI's)	0	0	0	0	0	0
99	Outras ações de consulta	1	177	1	172	2	166
Total		3	363	3	353	4	332

AÇÕES DE FORMAÇÃO		2011			2012			2013		
Código	Designação - (Tema da formação)	N.º Ações	N.º Participantes		N.º Ações	N.º Participantes		N.º Ações	N.º Participantes	
			M	F		M	F		M	F
01	Riscos químicos									
02	Riscos físicos									
03	Riscos biológicos									
04	Riscos psicossociais e organizacionais									
05	Máquinas e equipamentos de trabalho	2	30	0						
06	Trabalhos com riscos especiais (exemplos: trabalhos em altura, espaços confinados, etc.)	1	1	0						
07	Ergonomia									
08	Equipamento de proteção coletiva									
09	Equipamentos de proteção individual									
10	Promoção da segurança	3	1	11	8	7	10	12	57	3
11	Primeiros socorros									
12	Organização de emergência	15	92	3	8	56	3	2	29	10
13	Segurança contra incêndios									
14	Legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho									
15	Sinalização de segurança									
16	Promoção da saúde							1	6	18
99	Outras ações de formação	2	3	0	1	3	8			
Total		23	127	14	17	66	21	15	92	31

EXAMES DE ADMISSÃO, PERIÓDICOS E/OU OCASIONAIS	SEXO	TOTAL			< A 18 ANOS			18 E 19 ANOS			20 A 49 ANOS			50 E MAIS ANOS		
		2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Total de Exames	M	122	122	127	0	0	0	0	0	0	59	46	64	63	76	63
	F	53	48	73	0	0	0	0	0	0	19	18	44	34	30	29
	T	175	170	200	0	0	0	0	0	0	78	64	108	97	106	92
Total de exames de admissão	M	1	4	1	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	1	0
	F	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
	T	1	5	1	0	0	0	0	0	0	1	4	1	0	1	0
Total de exames de periódicos	M	92	80	84	0	0	0	0	0	0	44	31	36	48	49	48
	F	41	33	32	0	0	0	0	0	0	14	12	13	27	21	19
	T	133	113	116	0	0	0	0	0	0	58	43	49	75	70	67
Total de exames ocasionais	M	29	38	42	0	0	0	0	0	0	14	12	27	15	26	15
	F	12	14	41	0	0	0	0	0	0	5	31	7	9	10	10
	T	41	52	83	0	0	0	0	0	0	19	17	58	22	35	25
Mudança de posto de trabalho	M	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alterações no posto de trabalho	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regresso ao trab. após ausência superior a 30 dias	M	5	1	1	0	0	0	0	0	0	4	1	1	1	0	0
	F	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0
	T	6	2	2	0	0	0	0	0	0	5	1	2	1	1	0
Pós baixa por acidente de trabalho	M	5	0	1	0	0	0	0	0	0	4	0	1	1	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	5	0	1	0	0	0	0	0	0	4	0	1	1	0	0
Pós baixa por doença	M	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
	F	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0
	T	1	2	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0
Iniciativa do médico	M	24	34	7	0	0	0	0	0	0	10	10	7	14	24	15
	F	9	12	2	0	0	0	0	0	0	2	4	2	7	8	10
	T	33	46	9	0	0	0	0	0	0	12	14	9	21	32	25
Pedido do trabalhador	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Por cessação do contrato de trabalho	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras razões	M	0	3	18	0	0	0	0	0	0	0	1	18	0	2	0
	F	2	1	28	0	0	0	0	0	0	2	1	28	0	0	0
	T	2	4	46	0	0	0	0	0	0	2	2	46	0	2	0

EXAMES COMPLEMENTARES		ANOS					
Código Exame	Descrição	2011		2012		2013	
		Nº total de exames	Factor de risco	Nº total de exames	Factor de risco	Nº total de exames	Factor de risco
01	Hemograma	115	00	124	00	112	00
02	Urina II	115	00	122	00	111	00
03	Espirometria	150	00	94	00	74	00
04	Rx Tórax	4	00	5	00	6	00
05	TAC (Tomografia Axial Computurizada)	0		0		0	
06	Audiograma	122	01	79	01	93	01
07	Biomarcadores	0		0		0	
08	Exame oftalmológico	86	00	67	00	61	00
99	Outros exames complementares	1504	99	1703	99	1581	99

ATIVIDADES DA MEDICINA DO TRABALHO				
	SEXO	2011	2012	2013
Exames médicos efetuados	M	122	122	127
	F	53	48	73
	T	175	170	200
Exames médicos de admissão	M	1	4	1
	F	0	1	0
	T	1	5	1
Exames médicos periódicos	M	92	80	84
	F	41	33	32
	T	133	113	116
Exames médicos Ocasionais e complementares	M	29	38	42
	F	12	14	41
	T	41	52	83

VACINA		SEXO	ANOS		
Código	Descrição		2011	2012	2013
01	Tétano e Difteria	M	0	0	0
		F	0	0	0
		T	0	0	0
02	Gripe	M	42	39	0
		F	15	13	0
		T	57	52	0
03	Hepatite B	M	0	0	0
		F	0	0	0
		T	0	0	0
04	Imunizações específicas	M	0	0	0
		F	0	0	0
		T	0	0	0
99	Outras vacinas	M	0	18	19
		F	0	1	1
		T	0	19	20

#### G4-LA8 – Tópicos Relativos à Saúde e Segurança Cobertos por Acordos Formais com Sindicatos

A empresa responde ao presente indicador conforme relatado em G4-LA5, na parte relativa a Comissão de SST.

#### 5.4.4. Aspeto: Formação e Educação

##### ***G4-LA9 – Número Médio de Horas de Formação por Ano por Empregado/a, Discriminado por Género e Categoria Funcional***

A empresa possui um processo formalizado de formação profissional no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, e aposta fortemente na formação profissional certificada e na possibilidade de proporcionar aos trabalhadores e trabalhadoras o estatuto de trabalhador estudante como forma de proporcionar maiores níveis de formação académica, considerando esta aposta fundamental para melhorar o capital humano da empresa e desenvolver cada vez mais as competências dos trabalhadores e trabalhadoras, sendo registados os seguintes dados:

AÇÕES DE FORMAÇÃO				
	SEXO	2011	2012	2013
N.º de Ações	T	104	98	113
	M	404	263	403
Frequência de Participantes	F	165	75	191
	T	569	338	594
Nº Real de Participantes	M	105	137	119
	F	51	36	43
	T	156	173	162
N.º de Horas	M	4.485,00	5.764,00	2.935,00
	F	792,50	874,50	1.371,00
	T	5.277,50	6.638,50	4.306,00
Horas/Frequência de Participantes	M	11,10	21,92	7,28
	F	4,80	11,66	7,18
	T	9,28	19,64	7,25
Horas/Participante	M	42,71	42,07	24,66
	F	15,54	24,29	31,88
	T	33,83	38,37	26,58
Horas/Efetivo Médio	T	29,82	38,82	26,58
<b>Frequência de Participantes</b>				
Dirigentes	T	4	4	4
Quadros superiores	T	277	178	178
Profissionais altamente qualificados e qualificados	T	198	84	84
Profissionais semiquualificados	T	88	72	72
Profissionais não qualificados	T	2	0	0
<b>Nº de Horas</b>				
Dirigentes	T	38,00	2.571,00	2.571,00
Quadros superiores	T	4.119,00	2.664,00	2.664,00
Profissionais altamente qualificados e qualificados	T	859,50	1.107,50	1.107,50
Profissionais semiquualificados	T	257,00	296,00	296,00
Profissionais não qualificados	T	4,00	0,00	0,00
<b>Nº de horas de formação por agrupamento profissional/total de</b>				
Dirigentes	T	9,50	642,75	642,75
Quadros superiores	T	14,87	14,97	14,97
Profissionais altamente qualificados e qualificados	T	4,34	13,18	13,18
Profissionais semiquualificados	T	2,92	4,11	4,11
Profissionais não qualificados	T	2,00	0,00	0,00
<b>Nº de horas por habilitação académica</b>				
Formação Superior	M	3.514,00	4.592,00	2.058,00
	F	643,00	643,00	1.257,00
	T	4.157,00	5.235,00	3.315,00
Formação Secundária (=12 anos de escolaridade)	M	560,00	506,00	352,00
	F	83,00	213,50	133,00
	T	643,00	719,50	485,00
Formação Básica (<12 anos de escolaridade)	M	411,00	666,00	615,00
	F	66,50	18,00	60,00
	T	477,50	684,00	675,00

##### ***G4-LA10 – Programas de Gestão de Competências e Aprendizagem Contínua que Contribuem para a Continuidade da Empregabilidade dos/as Empregados/as em Período de Preparação para a Aposentação/Reforma***

A APS potencia as competências dos trabalhadores e das trabalhadoras através da formação profissional e da qualificação académica e profissional, possibilitando sempre que possível, a aquisição do estatuto

de trabalhador estudante a quem pretenda elevar o grau das suas qualificações académicas, como garantia do investimento na aprendizagem ao longo da vida.

VOLUME TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ACADÉMICA				
	SEXO	2011	2012	2013
Efectivo médio	T	177	171	162
	M	4.485,00	5.764,00	2.935,00
Volume total de horas de formação	F	792,50	874,50	1.371,00
	T	5.277,50	6.638,50	4.306,00
	M	2.461,50	2.556,50	2.282,50
Volume total de horas de formação profissional	F	552,50	830,50	1.191,00
	T	3.014,00	3.387,00	3.473,50
	M	1.849,50	3.039,50	519,50
Doutoramentos, Mestrados, Pós-graduações, Cursos de Nível V e IV	F	240,00	44,00	180,00
	T	2.089,50	3.083,50	699,50
	M	174,00	168,00	133,00
Estatuto de trabalhador estudante	F	0,00	0,00	0,00
	T	174,00	168,00	133,00
RVCC	T	n.a.	n.a.	n.a.
	M	n.a.	n.a.	n.a.
RVCC Básico	F	n.a.	n.a.	n.a.
	T	n.a.	n.a.	n.a.
	M	n.a.	n.a.	n.a.
RVCC Básico (formação complementar)	F	n.a.	n.a.	n.a.
	T	n.a.	n.a.	n.a.
	M	n.a.	n.a.	n.a.
RVCC Secundário	F	n.a.	n.a.	n.a.
	T	n.a.	n.a.	n.a.
<b>Nº de horas por habilitação académica</b>				
	M	3.514,00	4.592,00	2.058,00
Formação Superior	F	643,00	643,00	1.257,00
	T	4.157,00	5.235,00	3.315,00
	M	560,00	506,00	352,00
Formação Secundária (=12 anos de escolaridade)	F	83,00	213,50	133,00
	T	643,00	719,50	485,00
	M	411,00	666,00	615,00
Formação Básica (<12 anos de escolaridade)	F	66,50	18,00	60,00
	T	477,50	684,00	675,00
	T	29,82	38,82	26,58
Média de horas de formação	M	24.551,37	24.671,74	22.692,39
	F	4.526,00	4.706,23	11.786,37
Total de custos diretos com formação	T	29.077,37	29.377,97	34.478,76

#### ***G4-LA11 – Percentagem de Empregados/as que Recebem Regularmente Análises de Desempenho e de Desenvolvimento de Carreira, Discriminado por Género e Categoria Funcional***

A empresa tem um procedimento documentado e disponível para consulta por todos os trabalhadores e por todas as trabalhadoras, criado no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, que descreve o processo referente à avaliação de desempenho, e que inclui dois subsistemas: o primeiro subsistema procede à avaliação do desempenho das unidades orgânicas sendo baseado em parâmetros de avaliação relacionados com objetivos de eficácia, eficiência e de qualidade, avaliando também as chefias de primeira linha cuja avaliação é baseada em parâmetros de avaliação sustentados em objetivos e em competências; o segundo subsistema avalia o desempenho das restantes chefias e trabalhadores/as, o qual é baseado também em objetivos e/ou em competências inicialmente pré-definidos e mutuamente acordados.

No sentido da melhoria da gestão do capital humano, encontra-se em produtivo o ERP SAP HCM, que disponibiliza ferramentas e funcionalidades capazes de potenciar uma gestão de competências por

forma a contribuir para o crescimento da organização e para o aumento da produtividade e competitividade da prestação de serviços.

#### 5.4.5. Aspeto: Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens

##### ***G4-LA13 – Razão Matemática do Salário e Remuneração entre Mulheres e Homens, Discriminada por Categoria Funcional e Unidades Operacionais Relevantes***

Na empresa existe uma tabela salarial única que é aplicável a todos os trabalhadores e trabalhadoras, e que é promotora do tratamento igualitário entre homens e mulheres na empresa ao nível da remuneração base, pelo que ao nível da remuneração base a evolução do leque salarial e do leque salarial interpretativo por sexo é a seguinte:

		2011	2012	2013
Leque salarial líquido	Maior vencimento base líquido	5,27	5,32	3,80
	Menor vencimento base líquido			
		2011	2012	2013
Leque salarial líquido (Sexo Feminino)	Maior vencimento base líquido	4,78	4,77	3,05
	Menor vencimento base líquido			
		2011	2012	2013
Leque salarial líquido (Sexo Masculino)	Maior vencimento base líquido	3,49	4,61	3,80
	Menor vencimento base líquido			
		2011	2012	2013
Leque salarial interpretativo	Maior vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais elevados)	2,55	2,76	2,89
	Menor vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais baixos)			
		2011	2012	2013
Leque salarial interpretativo (Sexo Feminino)	Maior vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais elevados)	3,17	2,43	2,32
	Menor vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais baixos)			
		2011	2012	2013
Leque salarial interpretativo (Sexo Masculino)	Maior vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais elevados)	3,32	2,76	2,89
	Menor vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais baixos)			

Valores dos anos de 2011 e de 2012 corrigidos em 2013

Pese embora não existam diferenças salariais para trabalhadoras e trabalhadores inseridos nas mesmas categorias fixadas em sede de portaria regulamentadora do Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias, a empresa considera importante calcular outras variações salariais integrando outras componentes da remuneração (remunerações acessórias e outras com carácter de atribuição mais discricionário), diagnosticando a eventual existência de diferenças salariais significativas entre homens e mulheres, em especial no que respeita às pessoas afetas a horários de trabalho regulares, já que os horários de trabalho flexíveis do pessoal técnico de pilotagem e os horários de trabalho por turnos permanente totais encontram-se maioritariamente afetos homens ainda que se reconheça que as causas de existirem diferenças salariais entre mulheres e homens reside na segregação do mercado de trabalho.

Tendo por referência os abonos auferidos pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras no mês de dezembro de 2013, foi calculada uma média da remuneração por tipo de horário e por sexo, onde se integraram quer a remuneração base quer as remunerações acessórias, verificando-se que nas



modalidades de horário relativas a horários regulares fixos e a horários de trabalho regulares com isenção de horário de trabalho, a remuneração média dos homens é sempre superior à remuneração média das mulheres.

Assim, a remuneração média dos homens que trabalham afetos a horários de trabalho regular é superior à das mulheres em 67% (aumento em 11% comparativamente com o ano de 2012), sendo a remuneração média dos homens que trabalham afetos a horários de trabalho regulares com isenção de horário de trabalho superior ao das mulheres em 30% (aumento em 9% comparativamente com o ano de 2012).

Se se efetuar a remuneração média dos homens relativamente à remuneração média das mulheres, por estrutura habilitacional, continua a verificar-se que a dos homens é sempre superior à das mulheres, pelo que ao nível do ensino básico atinge 58% (diminuição em 5% comparativamente com o ano de 2012), ao nível do ensino secundário 52% (aumento em 3% comparativamente com o ano de 2012) e ao nível do ensino superior a remuneração média mensal dos homens é superior em 42% à remuneração média mensal das mulheres (aumento em 2% comparativamente com o ano de 2012).

Existindo um regime específico de trabalho quer para o pessoal em regime de horário flexível de pilotos quer para o pessoal em regime de horário de trabalho de turnos permanente, a que acresce o facto de existir apenas 1 mulher a desempenhar funções nessas modalidades de horário (horário flexível de pilotos), expurgaram-se esses trabalhadores da análise, concluindo-se que, apesar da diminuição média global das diferenças entre mulheres e homens, continua a verificar-se que a remuneração média dos homens é sempre superior à das mulheres, pelo que ao nível do ensino básico atinge 39% (diminuição em 8% comparativamente com o ano de 2012), ao nível do ensino secundário 36% (diminuição em 8% comparativamente com o ano de 2012) e ao nível do ensino superior a remuneração média mensal dos homens é superior em 37% (aumento em 2% comparativamente com o ano de 2012).

## 5.5. Categoria: Social – Subcategoria: Direitos Humanos

### 5.5.1. Aspeto: Práticas de Segurança

#### ***G4-HR7 – Percentagem do Pessoal de Segurança que Recebeu Formação nas Políticas ou Procedimentos da Organização Relativos a Direitos Humanos que sejam Relevantes às Operações***

Para exercer as funções de vigilância das instalações da empresa e do seu património, todas as pessoas afetas a este serviço são titulares de cartão profissional emitido pelo Ministério da Administração Interna, sendo estas funções garantidas por uma empresa externa à qual se encontram afetos 12 homens e 1 mulher.

## 5.6. Categoria: Social – Subcategoria: Sociedade

### 5.6.1. Aspeto: Combate à Corrupção

#### ***G4-SO3 – Número Total e Percentagem de Operações Submetidas a Avaliações de Riscos relacionados à Corrupção e os Riscos Significativos Identificados***

A APS, enquanto gestora de dinheiros, valores e patrimónios públicos, tem implementado e mantido um Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance*, que tem como objetivo salvaguardar aspetos indispensáveis na tomada de decisão conforme com a legislação vigente, com os procedimentos em vigor e com as obrigações contratuais a que as instituições estão vinculadas.

O Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* contém para cada área ou departamento, a identificação dos riscos de *compliance*, respetivas medidas adotadas que previnam a sua ocorrência (mecanismos de controlo interno, segregação de funções, definição prévia de critérios gerais e abstratos, nomeação de júris diferenciados para cada concurso, programação de ações de formação adequada), a definição e identificação de responsáveis pela gestão do plano e a previsão da elaboração anual de um relatório sobre a execução do plano.

O relatório anual previsto no Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* efetua a monitorização dos seguintes:

Item	Indicador	Meta	2011	2012	2013
Auditorias internas - Percentagem de unidades auditadas (UA%)	$UA\% = \frac{N.^{\circ} \text{ auditorias realizadas}}{N.^{\circ} \text{ auditorias previstas}}$	90%	100%	100%	100%
Auditorias internas - Índice de aplicação de auditorias (IA%)	$IA\% = \frac{\sum \text{ponderação} \times \text{valorização}}{3 \times \sum \text{ponderação}}$	80%	90%	98 %	95%
Informação recolhida das unidades (RI%)	$RI\% = \frac{N.^{\circ} \text{ ML031 entregues}}{N.^{\circ} \text{ unidades da APS}}$	100%	90%	100%	100%
Percentagem de implementação das medidas de prevenção (IM%)	$IM\% = \frac{N.^{\circ} \text{ medidas implementadas}}{N.^{\circ} \text{ medidas previstas}}$	80%	96%	98%	95%
Índice de cumprimento de ações anteriores (CA%)	$CA\% = \frac{N.^{\circ} \text{ ações realizadas}}{N.^{\circ} \text{ ações planeadas}}$	70%	79%	80%	86%
Índice de cumprimento de ações anteriores identificadas no relatório de execução (RE%)	$RE\% = \frac{N.^{\circ} \text{ ações realizadas}}{N.^{\circ} \text{ ações planeadas}}$	70%	n.d.	80%	75%
Índice de Sensibilização	$IS\% = \frac{N.^{\circ} \text{ ações realizadas}}{N.^{\circ} \text{ ações planeadas}}$	n.d.	55%	n.a.	80%
Cumprimento legal	$CL\% = \frac{N.^{\circ} \text{ ações conformes}}{N.^{\circ} \text{ ações totais}}$	n.d.	n.d.	n.d.	100%

De salientar que o Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* é sujeito a auditorias internas realizadas por amostragem, tendo sido efetuadas 10 auditorias internas cujo âmbito abrangeu a prevenção dos riscos de *compliance*. Nestas auditorias são identificados os riscos relevantes para cada unidade e é verificada a implementação das medidas de prevenção, pelo que em média as unidades da APS demonstraram uma conformidade de 95% com as medidas descritas.

A deteção de não conformidades é tratada de acordo com o processo interno implementado no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, relacionado com ações corretivas e preventivas, tendo sido detetado um processo de não conformidade e nove oportunidades de melhoria, sendo o índice global do desempenho das unidades sido considerado como muito bom.

No que respeita a riscos significativos relacionados com a corrupção, identificados com base em avaliações de riscos, apesar do mapa de acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* prever riscos cuja gravidade da consequência é máxima, o nível de risco, que constitui a combinação da probabilidade de ocorrência com a gravidade da consequência, é baixo pela existência de medidas de prevenção que se estão já implementadas, encontrando-se apenas uma medida em implementação.

Acresce que a empresa tem implementadas metodologias periódicas anuais para análise de impactos, riscos e oportunidades relativos a aspetos económicos, ambientais e sociais, designadamente através da realização de auditorias aos processos implementados no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, tendo por base os referenciais normativos ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001 e ISO/IEC 27001.

#### ***G4-SO4 – Comunicação e Formação em Políticas e Procedimentos de Combate à Corrupção***

As alterações aos documentos relacionados com a prevenção de riscos de *compliance* que incluem a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados da empresa, decorrentes de violações ou da não conformidade de decisões relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas que obriguem a empresa e normas constantes no Código de Ética e de Conduta, que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão da atividade ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações legais são comunicadas a todos os níveis da empresa e a todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Item	Indicador	Meta	2011	2012	2013
Percentagem da estrutura de gestão informada sobre plano de prevenção de riscos de “ <i>compliance</i> ” e Código de ética	$\% = \frac{\text{Trabalhadores informados}}{N.^\circ \text{ Trabalhadores/as}}$	n.d.	100%	100%	100%

Item	Indicador	Meta	2011	2012	2013
Percentagem de trabalhadores/as sobre plano de prevenção de riscos de "compliance" e Código de ética	$\% = \frac{\text{Trabalhadores informados}}{\text{N.º Trabalhadores/as}}$	n.d.	100%	100%	100%

O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance*, estabelecendo a arquitetura e os critérios da gestão dos riscos identificados, procedendo à sua revisão quando necessário, efetuando-se a comunicação sobre os riscos por forma a tomar as medidas que são da sua competência. A estrutura de gestão da empresa que integra as diferentes unidades orgânicas, é responsável pela organização, aplicação e acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* na parte respetiva, identificando, recolhendo e comunicando ao responsável pela gestão de risco qualquer ocorrência de risco com provável gravidade maior, responsabilizando-se pela eficácia das medidas de controlo dos riscos na sua esfera de atuação.

No que respeita a comunicação da empresa sobre as políticas e procedimentos anticorrupção, o Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* e respetivo mapa de acompanhamento encontram-se disponíveis na página eletrónica da empresa sendo por isso documentos de carácter público. Para além da sua publicação, os planos e relatórios de execução são remetidos ao conselho de Prevenção da Corrupção, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo da empresa.

Durante o ano de 2013, decorreram 4 ações de formação acerca do Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance*, em que participaram 129 trabalhadores e trabalhadoras, pelo que e tendo em conta o efetivo médio de 162 trabalhadores/as, o índice de sensibilização correspondente é de 80%.

#### ***G4-SO5 – Casos Confirmados de Corrupção e Medidas Tomadas***

Não foram registados casos de corrupção. A avaliação, controlo e monitorização de riscos de *compliance* da APS estão evidenciados no Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* e respetivo anexo publicados na página eletrónica da empresa.

#### **5.6.2. Aspeto: Políticas Públicas**

#### ***G4-SO6 – Valor Total de Contribuições Financeiras para Partidos Políticos e Políticos, Discriminado por País e Destinatário/a e/ou Beneficiário/a***

A APS não registou a atribuição de qualquer contribuição financeira ou em espécie para partidos políticos e políticos.

### **5.6.3. Aspeto: Concorrência Desleal**

#### ***G4-S07 – Número Total de Ações Judiciais Movidas por Concorrência Desleal, Práticas de Trust e Monopólio e seus Resultados***

A APS não foi alvo de qualquer ação judicial no âmbito mencionado.

### **5.6.4. Aspeto: Conformidade**

#### ***G4-S08 – Valor Monetário de Multas Significativas e Número Total de Sanções não Monetárias Aplicadas em Decorrencia da não Conformidade com Leis e Regulamentos***

A APS não foi objeto de sanções monetárias decorrentes de não conformidade com leis e regulamentos.

## **6. Conteúdos Padrão Geral**

Os conteúdos relativos ao padrão geral, porque relatados ou no Relatório de Gestão e Contas, ou no Relatório do Governo Societário, ou porque já relatados no presente RS, são referenciados no ponto 7, relativo a Tabela do Conteúdo da GRI.

## **7. Desenvolvimento Social e Cidadania**

A APS ciente de que a sustentabilidade da empresa depende da sua capacidade de interação com a envolvente, destaca aqui algumas atividades de participação na sociedade, designadamente a manutenção no ano de 2013 e relativamente à Praia Vasco da Gama, dos galardões “Bandeira Azul”, “Praia Acessível” e “Qualidade de Ouro”, que atestam da excelente qualidade desta infraestrutura para a prática balnear, e do empenho da APS na proteção do meio ambiente, e no desenvolvimento sustentável do Porto de Sines.

A “Bandeira Azul” é um símbolo de qualidade ambiental atribuído anualmente às praias, marinas e embarcações que se candidatam e que cumpram um conjunto de critérios repartidos por quatro capítulos principais: Qualidade da Água; Informação e Educação Ambiental; Gestão Ambiental e Equipamentos; Segurança e Serviços.

No âmbito do Programa Bandeira Azul da Europa 2013 a APS realizou uma atividade de educação ambiental na praia Vasco da Gama em parceria com o Grupo Desportivo e Cultural da Administração do Porto de Sines, com o tema “Vamos ajudar na praia a limpar”, alertando para a importância da limpeza e da manutenção da qualidade da areia, para a preservação do seu ecossistema e para a importância da

separação seletiva de resíduos, tendo-se procedido à limpeza e recolha de lixo acumulado na praia por voluntários (adultos e crianças) aos quais foram fornecidos sacos e luvas para a respetiva recolha.

Promoveu também uma atividade intitulada “O nosso mar tem tanto para contar”, que incluiu a narração oral de contos tradicionais portugueses e estrangeiros, bem como contos de autor, a que se seguiu uma reflexão partilhada acerca do necessário envolvimento de todos na construção do futuro, no sentido de que seja sempre preservado o equilíbrio entre a natureza e a evolução cultural e tecnológica, tendo a atividade terminado com a ilustração conjunta, numa grande folha de papel de cenário com tintas, do futuro da praia de Sines imaginado pelas crianças participantes.

Relativamente à distinção “Bandeira Praia Acessível”, destaque para as preocupações de um rigoroso cumprimento da legislação em vigor relativamente às condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, de cumprimento de normas para estacionamento, instalações sanitárias e rampas de acesso, entre outras preocupações.



A distinção atribuída mais uma vez em 2013, pela Quercus, à Praia Vasco da Gama com “Qualidade de Ouro”, confirma que durante um período de 5 anos, foram sistematicamente obtidos os melhores resultados em termos de qualidade da água balnear de acordo com os indicadores disponibilizados pelo Instituto da Água, ao abrigo de legislação nacional e comunitária.

A riqueza do património natural existente e a diversidade de espécies marinhas que vivem no Porto de Sines, são desconhecidas de muitas pessoas desde logo por estarem permanentemente submersas, pelo que esteve patente uma exposição nas instalações do Porto de Recreio de Sines, com fotografias acompanhadas por de texto com a identificação dos principais organismos ilustrados e do local fotografado, que incluiu fotografias de animais e algas, ilustrando a riqueza e a diversidade do património natural marinho deste complexo portuário.

“Vamos mergulhar e descobrir os segredos do mar “ foi outra das atividades desenvolvidas, que teve como objetivo alertar os/as participantes para a importância da preservação e equilíbrio dos ecossistemas marinhos, fomentar o conhecimento do património marinho e mostrar a importância da exploração sustentável dos recursos naturais e da manutenção da biodiversidade marinha, tendo sido realizado mergulho para recolha de imagens representativas do património natural e cultural, tendo as



imagens recolhidas e os objetos relacionados com o património cultural e natural de Sines, sido também posteriormente expostas no edifício do Porto de Recreio de Sines.



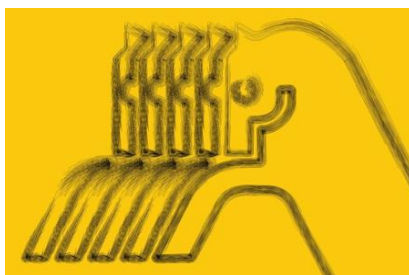
O Porto de Sines associou-se ainda ao Festival Terras Sem Sombra, para a realização de uma atividade sobre biodiversidade, com o objetivo de demonstrar que o desenvolvimento industrial é compatível com a conservação e sustentabilidade dos ambientes marinhos, tendo a iniciativa dado a conhecer aos artistas que integram o festival e à comunidade local a biodiversidade presente no Porto de Sines, nomeadamente a variedade e variabilidade das espécies marinhas que vivem neste complexo portuário, sensibilizando-os para a riqueza e diversidade do património natural existente.



Ao longo de um percurso efetuado na lancha “Porto Covo”, os participantes na atividade visitaram uma unidade de aquacultura oceânica e acompanharam a colheita de amostras de plâncton marinho, simulando um trabalho de monitorização da biodiversidade litoral. O evento contou com a colaboração do Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora e da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, que permitiram o desenvolvimento de atividades relacionadas com a monitorização dos ambientes marinhos e observação de algumas espécies de aves. O Festival Terras Sem Sombra é um evento de cariz internacional que reúne os principais intérpretes mundiais de música sacra, que se realiza anualmente em vários concelhos do Alentejo, organizado pelo Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja.

Sempre atenta à envolvente, a APS coopera com diferentes instituições de ensino, tendo no ano de 2013 estabelecido um Acordo de Cooperação e Convénio com o Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração (ISCIA) e com a Escola de Direção e Negócios (AESE), com o objetivo de proporcionar formação superior, nomeadamente através dos cursos de Gestão Avançada da Economia do Mar (GAEM), Programa de Alta Direção de Empresas, do Programa de Direção de Empresas (PDE ou GMP), colaborando ainda com a AESE no Programa Novas Aventuras Empresariais (NAVES).

A par destas iniciativas, a APS recebeu diversas visitas de participantes de instituições de ensino nacionais e internacionais, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o Porto de Sines, tendo lançado ainda no ano de 2013 o Prémio Ensaio do Porto de Sines, que se destina a galardoar autores de trabalhos académicos ou de investigação realizados no âmbito da História, do Direito e da Gestão e Economia Portuárias, o qual tem um ciclo de atribuição anual e cujo Regulamento do Prémio se encontra disponível em [www.portodesines.pt](http://www.portodesines.pt).



O Porto de Sines associou-se também à Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica na promoção da iniciativa “Engenharia no Verão”, possibilitando ao público visitas guiadas aos terminais especializados e às principais obras marítimas de proteção do porto.



Pela sua relevância, referência ainda para a divulgação do primeiro Plano para a Igualdade de Género para o triénio 2013/2015 elaborado em alinhamento com três áreas estratégicas do IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação 2011/2013, com os instrumentos e ferramentas disponibilizados pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e com os Instrumentos de Apoio à Ação Inspetiva no Combate à Discriminação de Género no Trabalho, e para a

adesão da APS ao Projeto “Empresas para a Igualdade de Género – O Nosso Compromisso”, promovido pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), que constituem marcos importantes no âmbito da promoção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na empresa, e que merecem destaque especial ao nível da resposta aos indicadores de desempenho sociais do presente Relatório de Sustentabilidade.

A APS efetuou uma consulta a todos os trabalhadores e trabalhadoras para apresentação de sugestões no âmbito da promoção da conciliação entre a vida profissional, a vida familiar e a vida pessoal e aderiu à Campanha Nacional de Conciliação da Vida Profissional e Familiar, da responsabilidade da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e dinamizado pela Task Force IGEN (Fórum Empresas para a Igualdade de Género), mediante dinamização de iniciativas internas dirigidas aos trabalhadores, às trabalhadoras e a dependentes com idades entre os 4 e os 14 anos subordinadas ao tema da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e proteção na parentalidade.



## 8. Ética e Integridade

A APS considera que a ética empresarial, que traduz a aplicação de valores éticos ao comportamento da empresa, vai mais além dos requisitos legais a serem cumpridos e, por isso, está relacionada com as decisões discricionárias e com as atitudes baseadas em valores, pelo que a ética trata do sistema de valores que orientam o comportamento organizacional da APS, bem como das relações que se estabelecem com as partes interessadas.

Durante o ano de 2013 a APS iniciou um processo de revisão do Código de Ética e de Conduta, adequando-o à Recomendação n.º 5/2012, de 7 de novembro, do Conselho de Prevenção da Corrupção, pretendendo este documento, que se encontra disponível interna e externamente na empresa em [www.portodesines.pt/Autoridade Portuária/Código de Ética e de Conduta](http://www.portodesines.pt/Autoridade%20Portuária/Código%20de%20Ética%20e%20de%20Conduta), orientar, desde logo, os colaboradores e as colaboradoras da empresa de modo a providenciar uma direção para quando se confrontarem com situações não regulamentadas que envolvam uma escolha entre várias alternativas que carecem de ser avaliadas como certas ou erradas.

Para além da sua aplicação aos colaboradores e as colaboradoras da empresa, o Código de Ética e de Conduta aplica-se a todos os aspetos de conduta na atividade da APS, desde as estratégias de gestão de topo até à forma como a empresa trata as partes interessadas. A disponibilização do documento ao exterior tem como objetivo dar a conhecer, a todas as entidades externas relevantes, os valores que pautam a atuação da APS, bem como as regras de conduta deles decorrentes, de modo a promover relações de confiança e reforçar a cultura e a identidade da APS como entidade responsável pela função de administração portuária, sendo o documento divulgado ainda no acolhimento que é efetuado colaboradores e as colaboradoras.

Os valores estabelecidos no Código de Ética e de Conduta são o respeito, a integridade, a responsabilidade, a confiança, a excelência, a transparência e a inovação, sendo os princípios gerais de atuação os que se relacionam com a justiça e imparcialidade, direitos humanos e igualdade, boa governança, responsabilidade social, saúde e segurança, valorização profissional, ambiente e sustentabilidade.

A APS define ainda normas de conduta reguladoras da atitude geral dos colaboradores e as colaboradoras, interna e externamente, na sua relação com clientes e fornecedores/as, outras partes interessadas, entidades reguladoras e sociedade em geral. Ao nível das relações internas é exigida a manutenção de um bom clima de trabalho, designadamente ao nível do relacionamento interpessoal, aperfeiçoamento e mérito profissional, cumprimento da Lei, confidencialidade e sigilo profissional, prevenção de conflitos de interesse, recurso a atividades ilegais, fiscalidade, utilização dos recursos da empresa, fontes de financiamento e orçamentos, ofertas e comunicação para a imprensa e publicidade. Ao nível das relações externas é exigida uma atitude de comprometimento com as seguintes normas:



Encontram-se ainda implementados mecanismos internos e externos para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação, designadamente através da Comissão de Ética e de Conduta da Administração do Porto de Sines nomeada pelo Conselho de Administração, que inclui elementos internos e externos à empresa e que tem como missão a deteção, receção, registo, tratamento e análise de preocupações, denúncias e pedidos de esclarecimento de dúvidas em relação às normas vigentes.

No que respeita à comunicação de preocupações em torno de comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação e questões relacionadas com a integridade organizacional, todos os colaboradores e colaboradoras da APS devem relatar à Comissão de Ética e de Conduta todas as preocupações, dúvidas ou denúncias de que tenham conhecimento, devendo dar também conhecimento à referida comissão, de forma simples, clara e rápida, de informações suscetíveis de afetar relevantemente a situação económica, financeira ou patrimonial da APS ou de situações que afetem o cumprimento do serviço público.

## 9. Tabela do Conteúdo da GRI

Conteúdos Padrão Gerais	Página	Documento	Omissões	Verificação Externa
Estratégia e Análise				
G4-1	3	RS	---	---
G4-2	3 a 5	RGS	---	---
	26 a 27	RGS		
	20 a 24	RGC		
Perfil Organizacional				
G4-3	4	RS	---	---
G4-4	5	RS	---	---
	6 a 14	RGC		
G4-5	4	RS	---	---
G4-6	6 a 9	RGC	---	---
G4-7	34 a 35	RGC	---	---
G4-8	6 a 9	RGC	---	---
G4-9	15 a 16	RGS	---	---
	15 a 17	RGC		
	20 a 24	RGC		
G4-10	21	RS	Não são reportados dados por região por a empresa estar sediada apenas em Sines.	---
G4-11	30	RS	---	---
G4-12	5, 10	RS	---	---
	33	RGS		
	63, 71	RGC		
G4-13	4 a 5	RGC	---	---
G4-14	8	RGS	---	---
	26 a 27	RGS		
G4-15	35 a 39	RS	---	---
G4-16	14	RS	---	---



Conteúdos Padrão Gerais	Página	Documento	Omissões	Verificação Externa
	6 a 7	RGS		
Aspetos Materiais Identificados e Limites				
G4-17	4	RS	---	---
G4-18	10 a 11	RS	---	---
G4-19	11	RS	---	---
G4-20	11	RS	---	---
G4-21	10 a 11	RS	---	---
G4-22	4	RS	---	---
G4-23	4	RS	---	---
Envolvimento com <i>Stakeholders</i>				
G4-24	8	RS	---	---
G4-25	5 a 8	RS	---	---
G4-26	9 a 11	RS	---	---
G4-27	11, 13	RS	---	---
Perfil do Relatório				
G4-28	4	RS	---	---
G4-29	4	RS	---	---
G4-30	4	RS	---	---
G4-31	4	RS	---	---
G4-32	4	RS	---	---
	42 a 53	RS		
G4-33	4	RS	---	---
	23 a 24	RGS		
Governança				
G4-34	13	RS	---	---
	9, 16	RGS		
	26	RGS		
G4-35	13	RS	---	---

Conteúdos Padrão Gerais	Página	Documento	Omissões	Verificação Externa
G4-36	13	RS	---	---
G4-37	8 a 9	RS	---	---
	11 a 12	RS		
G4-38	8 a 10	RGS	---	---
G4-39	9 a 10	RGS	---	---
G4-40	16 a 17	RS	---	---
G4-41	39 a 41	RS	---	---
	8	RGS		
G4-42	13	RS	---	---
	3 a 5	RGS		
G4-43	13	RS	---	---
G4-44	33 a 38	RGS	---	---
G4-45	4 a 5	RGS	---	---
	26 a 27	RGS		
	33 a 38	RGS		
G4-46	26 a 27	RGS	---	---
G4-47	33	RS	---	---
G4-48	11	RS	---	---
G4-49	13	RS	---	---
G4-50	13	RS	---	---
G4-51	28 a 32	RGS	---	---
	75 a 79	RGC		
G4-52	30	RS	---	---
G4-53	30	RS	---	---
	28 a 32	RGS		
	75 a 79	RGC		
G4-54	16	RS	Não são reportados dados por país por a empresa estar sediada apenas em Portugal.	---
	30	RS		

Conteúdos Padrão Gerais	Página	Documento	Omissões	Verificação Externa
G4-55	16	RS	Não são reportados dados por país por a empresa estar sediada apenas em Portugal.	---

## Ética e Integridade

G4-56	39 a 41	RS	---	---
G4-57	40 a 41	RS	---	---
G4-58	40 a 41	RS	---	---

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
Categoria: Económica				

## Aspeto: Desempenho Económico

G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		
G4-EC1	14 a 15	RS	---	---
G4-EC2	15	RS	A APS não dispõe de um sistema de recolha de dados que permita relatar riscos e oportunidades suscitados por mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais em operações, receitas ou despesas, contudo, a longo prazo, pretende implementar sistemas de monitorização que permitam tratar este tipo de variáveis.	---
G4-EC3	15	RS	---	---
G4-EC4	15	RS	---	---

## Aspeto: Presença no Mercado

G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		
G4-EC5	16	RS	---	---
G4-EC6	16 a 17	RS	---	---

## Aspeto: Impactos Económicos Indiretos

G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
--------	---------	----	-----	-----

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
	36 a 38	RGS		
G4-EC7	17	RS	---	---
G4-EC8	17 a 18	RS	---	---

**Aspeto: Práticas de Compra**

G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-EC9	---	---	Não material	---

**Categoria: Ambiental****Aspeto: Materiais**

G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-EN1	---	---	Não material	---
G4-EN2	---	---	Não material	---

**Aspeto: Energia**

G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-EN3	---	---	Não material	---
G4-EN4	---	---	Não material	---
G4-EN5	---	---	Não material	---
G4-EN6	---	---	Não material	---
G4-EN7	---	---	Não material	---

**Aspeto: Água**

G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-EN8	---	---	Não material	---
G4-EN9	---	---	Não material	---
G4-EN10	---	---	Não material	---

**Aspeto: Biodiversidade**

G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-EN11	---	---	Não material	---

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
G4-EN12	---	---	Não material	---
G4-EN13	---	---	Não material	---
G4-EN14	---	---	Não material	---

## Aspeto: Emissões

G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-EN15	---	---	Não material	---
G4-EN16	---	---	Não material	---
G4-EN17	---	---	Não material	---
G4-EN18	---	---	Não material	---
G4-EN19	---	---	Não material	---
G4-EN20	---	---	Não material	---
G4-EN21	---	---	Não material	---

## Aspeto: Efluentes e Resíduos

G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		
G4-EN22	18	RS	---	---
G4-EN23	18	RS	---	---
G4-EN24	18 a 19	RS	---	---
G4-EN25	19	RS	---	---
G4-EN26	19	RS	---	---

## Aspeto: Produtos e Serviços

G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		
G4-EN27	19	RS	---	---
G4-EN28	19	RS	A APS não reporta nem tenciona reportar o presente indicador, já que não se relaciona com a sua atividade principal de fornecimento de serviços.	---

## Aspeto: Conformidade

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-EN29	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Transportes</b>				
G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		
G4-EN30	20	RS	---	---
<b>Aspeto: Geral</b>				
G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		
G4-EN31	20	RS	---	---
<b>Aspeto: Avaliação Ambiental de Fornecedores</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-EN32	---	---	Não material	---
G4-EN33	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionados com Impactos Ambientais</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-EN34	---	---	Não material	---
<b>Categoria: Social</b>				
<b>Subcategoria: Práticas Laborais e Trabalho Condigno</b>				
<b>Aspeto: Emprego</b>				
G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		
G4-LA1	21	RS	Não são reportados dados por região por a empresa estar sediada apenas em Sines.	---
G4-LA2	22	RS	---	---
G4-LA3	22 a 23	RS	---	---
<b>Aspeto: Relações Laborais</b>				



Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		
G4-LA4	23 a 24	RS	---	---

**Aspeto: Saúde e Segurança no Trabalho**

G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		
G4-LA5	24 a 25	RS	---	---
G4-LA6	25	RS	Não são reportados dados por região por a empresa estar sediada apenas em Sines.	---
G4-LA7	26 a 27	RS	---	---
G4-LA8	27	RS	---	---

**Aspeto: Formação e Educação**

G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		
G4-LA9	28	RS	---	---
G4-LA10	28 a 29	RS	---	---
G4-LA11	29 a 30	RS	---	---

**Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades**

G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-LA12	---	---	Não material	---

**Aspeto: Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens**

G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		
G4-LA13	30 a 31	RS	---	---

**Aspeto: Avaliação de Fornecedores em Práticas Laborais**

G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-LA14	---	---	Não material	---

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
G4-LA15	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações relacionadas com Práticas Laborais</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-LA16	---	---	Não material	---
<b>Subcategoria: Direitos Humanos</b>				
<b>Aspeto: Investimentos</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR1	---	---	Não material	---
G4-HR2	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Não Discriminação</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR3	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR4	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Trabalho Infantil</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR5	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo</b>				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR6	---	---	Não material	---
<b>Aspeto: Práticas de Segurança</b>				
G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		
G4-HR7	31	RS	---	---
<b>Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais</b>				

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR8	---	---	Não material	---
Aspeto: Avaliação				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR9	---	---	Não material	---
Aspeto: Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR10	---	---	Não material	---
G4-HR11	---	---	Não material	---
Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Direitos Humanos				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-HR12	---	---	Não material	---
Subcategoria: Sociedade				
Aspeto: Comunidades Locais				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-SO1	---	---	Não material	---
G4-SO2	---	---	Não material	---
Aspeto: Combate à Corrupção				
G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		
G4-SO3	32 a 33	RS	---	---
G4-SO4	33 a 34	RS	Não são reportados dados por região por a empresa estar sediada apenas em Sines.	---
G4-SO5	34	RS	---	---
Aspeto: Políticas Públicas				
G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
G4-SO6	34	RS	---	---

**Aspeto: Concorrência Desleal**

G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		
G4-SO7	35	RS	---	---

**Aspeto: Conformidade**

G4-DMA	13 a 14	RS	---	---
	36 a 38	RGS		
G4-SO8	35	RS	---	---

**Aspeto: Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade**

G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-SO9	---	---	Não material	---
G4-SO10	---	---	Não material	---

**Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações relacionadas com Impactos na Sociedade**

G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-SO11	---	---	Não material	---

**Subcategoria: Responsabilidade pelo Produto****Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente**

G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-PR1	---	---	Não material	---
G4-PR2	---	---	Não material	---

**Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços**

G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-PR3	---	---	Não material	---
G4-PR4	---	---	Não material	---
G4-PR5	---	---	Não material	---

Conteúdos Padrão Específicos  (Aspetos Materiais)	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores		Omissões	Verificação Externa
	Página	Documento		
Aspeto: Comunicações de Marketing				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-PR6	---	---	Não material	---
G4-PR7	---	---	Não material	---
Aspeto: Privacidade do Cliente				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-PR8	---	---	Não material	---
Aspeto: Conformidade				
G4-DMA	---	---	Não material	---
G4-PR9	---	---	Não material	---

## 10. Lista de Acrónimos e Símbolos

ABAE	Associação Bandeira Azul da Europa
ADFERSIT	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transporte
AES	Associação Empresarial de Sines
AESE	Escola de Direção e Negócios
APG	Associação Portuguesa de Gestores de Recursos Humanos
APP	Associação dos Portos de Portugal
APPR	Associação Portuguesa de Portos de Recreio
APQ	Associação Portuguesa da Qualidade
APS	Administração do Porto de Sines, SA
APTMCD	Associação Portuguesa do Transporte Marítimo de Curta Distância
AT	Acidentes de trabalho
AVAC	Aquecimento, ventilação e ar condicionado
CA	Cumprimento de ações
CEEP	Centro Europeu das Empresas com Participação Públicas e/ou Interesse Económico Geral
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CITE	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
CPSi	Comunidade Portuária de Sines
CRESAP	Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública
CSR	<i>Corporate Social Responsibility</i>
D15	Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (com exclusão) do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada)
DL	Decreto-Lei
EBITDA	Resultados antes de amortizações, juros e imposto s/ rendimento
EC	Económico
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EN	Ambiental
EPCA	<i>European Port Community Systems Association</i>
EPI	Equipamento de Proteção Ambiental
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
ETLA	Associação para a Formação Tecnológica do Litoral Alentejano
F	Feminino
FAE	Fórum de Administradores de Empresas
FEEM	Fórum Empresarial da Economia do Mar
FSP	Fórum para a Simplificação de Procedimentos
GNL	Gás Natural Liquefeito
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
HCM	<i>Human Capital Management</i>
HR	Direitos humanos
IAPH	<i>International Association of Ports and Harbours</i>

IA	Índice de aplicação
IAS	Indexante dos Apoios Sociais
IEC	<i>International Electrotechnical Commission</i>
IGen	Fórum Empresas para a Igualdade de Género
IM	Implementação das medidas
ISCIE	Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
JUL	Janela Única Logística
JUP	Janela Única Portuária
l	Litro
LA	Práticas laborais e trabalho condigno
M	Masculino
Nº	Número
n.a.	Não Aplicável
NAVES	Programa Novas Aventuras Empresariais
n.d.	Não Disponível
NP	Norma Portuguesa
Oceano XXI	Associação para o Conhecimento e Economia do Mar
OHSAS	<i>Occupational Health and Safety Assessment Series</i>
PDE	Programa de Direção de Empresas
PIANC	<i>Word Association for Waterborne Transport Infrastructure</i>
RGC	Relatório de Gestão e Contas
RGS	Relatório de Governo Societário
RE	Relatório de Execução
RI	Informação recolhida
RS	Relatório de Sustentabilidade
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SAP	<i>Systeme, Anwendungen und Produkte in der Datenverarbeitung</i>
SI	Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança
SINDICATO XXI	Associação Sindical dos Trabalhadores Administrativos, Técnicos e Operadores dos Terminais de Carga Contentorizada do Porto de Sines
SINPORSINES	Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Mar e Terra de Sines
SMN	Salário Mínimo Nacional
SO	Sociedade
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
SVITZER	Svitzer Lisboa - Reboques Marítimos, SA
T	Total
TAC	Tomografia Axial Computadorizada
TEU	<i>Twenty-Foot Equivalent Unit</i>
Tf	Taxa de frequência
Tg	Taxa de gravidade



Ti	Taxa de incidência
TIM	Taxa de incidência (Acidentes de trabalho mortais)
TK	Tanque
TON	Tonelada
TXXI	Terminal de Contentores
UA	Unidades auditadas
ZAL	Zona de Atividades Logísticas

## 11. Inquérito de Apreciação

A sua opinião conta para nós:

Identificação (facultativo)

Nome \_\_\_\_\_

Carreira/Profissão \_\_\_\_\_

Empresa \_\_\_\_\_

### 1. Faz parte de que grupo de *stakeholder*?

☐

Colaboradores/as

☐

Provedoria

☐

Setor Financeiro

☐

Autoridades

☐

Entidades Oficiais

☐

Comunidade

☐

Fornecedores/as

☐

Clientes

☐

Outro

Especifique: \_\_\_\_\_

### 2. Classifique a incidência do Relatório de Sustentabilidade de 2013, relativamente aos principais conceitos de sustentabilidade, de acordo com a seguinte escala:

(Escala: 1=Excelente; 2=Bom; 3=Suficiente; 4=Medíocre)

Âmbito Social:      1          2          3          4

Âmbito Ambiental: 1          2          3          4

Âmbito Económico: 1          2          3          4

**3. Quais os temas que considerou mais positivos no Relatório de Sustentabilidade de 2013?**☐

A exatidão da informação

☐

A comparabilidade da informação

☐

A precisão da informação

☐

A periodicidade da informação

☐

A clareza da informação

☐

A utilidade da informação

☐

As ações promovidas pela APS

☐

As políticas definidas pela APS

☐

Outros

Especifique: \_\_\_\_\_

**4. Teve contacto com o Relatório de Sustentabilidade da APS relativo a anos anteriores?**☐

Sim

☐

Não

Se sim, através de que meio? \_\_\_\_\_

Se sim, como qualifica o Relatório de Sustentabilidade de 2013 relativamente aos Relatórios de Sustentabilidade de anos anteriores?

☐

Superior

☐

Semelhante

☐

Inferior

5. Que grau de importância atribui a cada Aspeto/Tópico abaixo identificado, tendo em conta a influência que esse Aspeto tem na avaliação que faz dos impactos económicos, sociais e ambientais da empresa?

Aspetos/Tópicos	Importância				
	Muito Alta 4	Alta 3	Média 2	Baixa 1	NS/NR* 0
<b>Categoria: Económica</b>					
Aspeto: Desempenho Económico					
Aspeto: Presença no Mercado					
Aspeto: Impactos Económicos Indiretos					
Aspeto: Práticas de Compra					
<b>Categoria: Ambiental</b>					
Aspeto: Materiais					
Aspeto: Energia					
Aspeto: Água					
Aspeto: Biodiversidade					
Aspeto: Emissões					
Aspeto: Efluentes e Resíduos					
Aspeto: Produtos e Serviços					
Aspeto: Conformidade (multas significativas e sanções não monetárias)					
Aspeto: Transportes					
Aspeto: Geral (investimentos com medidas de proteção ambiental)					
Aspeto: Avaliação Ambiental de Fornecedores					
Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionados com Impactos Ambientais					
<b>Categoria: Social</b>					
<b>Subcategoria: Práticas Laborais e Trabalho Condigno</b>					
Aspeto: Emprego					
Aspeto: Relações Laborais					
Aspeto: Saúde e Segurança no Trabalho					
Aspeto: Formação e Educação					

Aspetos/Tópicos	Importância				
	Muito Alta 4	Alta 3	Média 2	Baixa 1	NS/NR* 0
Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades					
Aspeto: Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens					
Aspeto: Avaliação de Fornecedores em Práticas Laborais					
Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações relacionadas com Práticas Laborais					
<b>Categoria: Social</b>					
<b>Subcategoria: Direitos Humanos</b>					
Aspeto: Investimentos (contratos de investimento que incluam cláusulas de direitos humanos e horas de formação em direitos humanos)					
Aspeto: Não Discriminação					
Aspeto: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva					
Aspeto: Trabalho Infantil					
Aspeto: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo					
Aspeto: Práticas de Segurança					
Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais					
Aspeto: Avaliação (operações submetidas a avaliações de direitos humanos)					
Aspeto: Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos					
Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas com Direitos Humanos					
<b>Categoria: Social</b>					
<b>Subcategoria: Sociedade</b>					
Aspeto: Comunidades Locais					
Aspeto: Combate à Corrupção					
Aspeto: Políticas Públicas					
Aspeto: Concorrência Desleal					
Aspeto: Conformidade (multas significativas e sanções não monetárias)					
Aspeto: Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade					

Aspetos/Tópicos	Importância				
	Muito Alta 4	Alta 3	Média 2	Baixa 1	NS/NR*
Aspeto: Mecanismos de Queixas e Reclamações relacionadas com Impactos na Sociedade					
<b>Categoria: Social</b>					
<b>Subcategoria: Responsabilidade pelo Produto</b>					
Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente					
Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços					
Aspeto: Comunicações de Marketing					
Aspeto: Privacidade do Cliente					
Aspeto: Conformidade (muitas significativas)					
<b>Outros Tópicos</b>					

\* NS/NR – Não Sabe / Não Responde

#### 6. Comentários e/ou sugestões:

Obrigado pelo seu contributo.

Poderá remeter este Inquérito de Apreciação à APS de uma das seguintes formas:

- ✓ Por e-mail: [helena.silva@portodesines.pt](mailto:helena.silva@portodesines.pt)
- ✓ Por fax: +351 269 860 690
- ✓ Em papel: APS—Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA, Diretora de Recursos Humanos, Apartado 16, EC Sines, 7521-953 Sines, Portugal


## 12. Relatório Único

CERTIFICADO	
Data e hora de entrega: 2014-04-14 10:34	
Chave de certificação: 14212QMS836917S	

**ECT**

INFORMAÇÃO SOBRE EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

RELATÓRIO ÚNICO																
Ano de Referência 2013																
<b>I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA</b>																
1. Número de Identificação Fiscal (NIF) 501208950	2. Número de Identificação da Segurança Social (NISS) 20006305869															
3. Nome ou designação social: <u>APS - Administração dos Portos de Sines, SA</u>																
4. Localização e contactos da sede: <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;">             4.1 Morada: <u>Rua do Porto Industrial</u>              4.2 Localidade: <u>Sines</u>              4.3 Código Postal: <u>2020 - 200 Sines</u> </div> <div style="width: 45%;">             4.4 País: <u>PT Portugal</u> </div> </div>																
4.5 Distrito ou Ilha/ Município/ Freguesia: <u>Setúbal - Sines - Sines</u> 4.6 Telefone/ Telemóvel: <u>202000000</u> 4.7 Fax: <u>202000000</u> 4.8 Endereço de correio electrónico: <u>balcao.alva@portosdesines.pt</u>																
<b>II. PESSOAS AO SERVIÇO</b>																
1. Pessoas ao serviço da entidade empregadora <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">Em 31 de Dezembro</th> <th style="text-align: center;">Número médio durante o ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.1 Trabalhadores por conta de outrem</td> <td style="text-align: center;"><u>189</u></td> <td style="text-align: center;"><u>192</u></td> </tr> <tr> <td>2. Destacamentos de trabalhadores para o estrangeiro, ao longo do ano</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.1 Número de trabalhadores destacados</td> <td style="text-align: center;"><u>0</u></td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.2 Número de destacamentos</td> <td style="text-align: center;"><u>0</u></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			Em 31 de Dezembro	Número médio durante o ano	1.1 Trabalhadores por conta de outrem	<u>189</u>	<u>192</u>	2. Destacamentos de trabalhadores para o estrangeiro, ao longo do ano			2.1 Número de trabalhadores destacados	<u>0</u>		2.2 Número de destacamentos	<u>0</u>	
	Em 31 de Dezembro	Número médio durante o ano														
1.1 Trabalhadores por conta de outrem	<u>189</u>	<u>192</u>														
2. Destacamentos de trabalhadores para o estrangeiro, ao longo do ano																
2.1 Número de trabalhadores destacados	<u>0</u>															
2.2 Número de destacamentos	<u>0</u>															
<b>III. FILIAÇÃO SINDICAL E FILIAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES</b>																
1. Número de trabalhadores sindicalizados, em 31 de Outubro: <u>72</u>																
2. Inscrita em Associações de empregadores? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>																
<b>V. TRABALHO SUPLEMENTAR</b>																
1. Foram realizadas horas suplementares ao longo do ano? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>																
2. A relação nominal dos trabalhadores que prestaram trabalho suplementar durante o período de referência, com descrição do número de horas ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do art. nº 237 da Lei 70/008, foi visada pela comissão de trabalhadores ou, na sua falta, em caso de trabalhador filiado, pelo respectivo sindicato? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>																
<b>VI. TRABALHADORES TEMPORÁRIOS NA EMPRESA UTILIZADORA</b>																
1. Número de trabalhadores temporários <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">1.1 em 31 de Outubro</th> <th style="text-align: center;">1.2 em 31 de Dezembro</th> <th style="text-align: center;">1.3 Número médio durante o ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td style="text-align: center;"><u>0</u></td> <td style="text-align: center;"><u>0</u></td> <td style="text-align: center;"><u>0</u></td> </tr> </tbody> </table>			1.1 em 31 de Outubro	1.2 em 31 de Dezembro	1.3 Número médio durante o ano		<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>							
	1.1 em 31 de Outubro	1.2 em 31 de Dezembro	1.3 Número médio durante o ano													
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>													
2. Fluxo de entradas ou saídas de pessoas em prestação de trabalho temporário, ao longo do ano <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">H</th> <th style="text-align: center;">D</th> <th style="text-align: center;">M</th> <th style="text-align: center;">A</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2.1 Entradas durante o ano</td> <td style="text-align: center;"><u>0</u></td> <td style="text-align: center;"><u>0</u></td> <td style="text-align: center;"><u>0</u></td> <td style="text-align: center;"><u>0</u></td> </tr> <tr> <td>2.2 Saídas durante o ano</td> <td style="text-align: center;"><u>0</u></td> <td style="text-align: center;"><u>0</u></td> <td style="text-align: center;"><u>0</u></td> <td style="text-align: center;"><u>0</u></td> </tr> </tbody> </table>			H	D	M	A	2.1 Entradas durante o ano	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	2.2 Saídas durante o ano	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
	H	D	M	A												
2.1 Entradas durante o ano	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>												
2.2 Saídas durante o ano	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>												

Processado por computador RU v2.0
Página 1
Certificado: 14212QMS836917S



VI. TRABALHADORES COM PERDA OU ANOMALIA DE ESTRUTURAS OU FUNÇÕES DO CORPO COM IMPLICAÇÕES NA PRESTAÇÃO DO TRABALHO										
	Menos de 18 anos		De 18 a 34 anos		De 35 a 44 anos		45 a 64 anos		65 e mais anos	
1.1 Distribuição por estrutura etária - TOTAL	H	0	H	0	H	1	H	2	H	0
	M	0	M	0	M	0	M	4	M	0
1.1.1 Com grau de incapacidade inferior a 60%	H	0	H	0	H	0	H	0	H	0
	M	0	M	0	M	0	M	0	M	0
1.1.2 Com grau de incapacidade entre 60% e 90% (excl.)	H	0	H	0	H	1	H	2	H	0
	M	0	M	0	M	0	M	4	M	0
1.1.3 Com grau de incapacidade maior ou igual a 90%	H	0	H	0	H	0	H	0	H	0
	M	0	M	0	M	0	M	0	M	0
	Inferior ao 3º ciclo ens. básico		3º ciclo ens. básico		Ensino Secundário		Ensino pós-sec. não superior		Ensino Superior	
1.2 Distribuição por habilitação literária - TOTAL	H	0	H	1	H	2	H	0	H	0
	M	0	M	2	M	2	M	0	M	0
1.2.1 Com grau de incapacidade inferior a 60%	H	0	H	0	H	0	H	0	H	0
	M	0	M	0	M	0	M	0	M	0
1.2.2 Com grau de incapacidade entre 60% e 90% (excl.)	H	0	H	1	H	2	H	0	H	0
	M	0	M	2	M	2	M	0	M	0
1.2.3 Com grau de incapacidade maior ou igual a 90%	H	0	H	0	H	0	H	0	H	0
	M	0	M	0	M	0	M	0	M	0

VII. DADOS ECONÓMICOS DA ENTIDADE EMPREGADORA					
1. Volume de Negócios (VN)	37705511 €	Ano a que se refere o VN		2013	
2. Capital social	80000000 €				
Repartição percentual	2.1 Privado %	2.2 Estrangeiro %	2.3 Público	100,0 %	
	Nacional			Nacional	
3. Encargos de formação profissional					
3.1 Montante financiado pela entidade empregadora					34479 €
3.1.1 Montante correspondente à remuneração das horas despendidas em formação					€
3.1.2 Resíduo financiamento da entidade empregadora					34479 €
3.2 Financiamento externo à entidade empregadora					€
3.2.1 Do Fundo Social Europeu (FSE)					€
3.2.2 De outras fontes de financiamento					€
3.3 Encargos globais com formação profissional (3.1 + 3.2)					34479 €
4. Encargos no âmbito da segurança e saúde no trabalho					
4.1 Na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho	47479 €	4.4 Na formação, informação e consulta			1425 €
4.2 Na organização/modificação dos espaços de trabalho	113852 €	4.5 Outras			267517 €
4.3 Na aquisição de bens ou equipamentos	52450 €	4.6 TOTAL			500733 €

IX. OUTROS DADOS COMPLEMENTARES DA ENTIDADE EMPREGADORA									
1. Valor Acrescentado Bruto (VAB)		247.600,1 €		Ano a que se refere o VAB		2013			
1.1 Custos com o pessoal		212.673 €		1.4 Custos e perdas financeiras		33,1 €			
1.2 Amortizações do exercício		20.641,5 €		1.5 Imposto sobre o rendimento		48.541,06 €			
1.3 Provisões do exercício		20.673,9 €		1.6 Resultado líquido do exercício		123.727,64 €			
2. Encargos com regimes complementares de proteção social									
2.1 Encargos suportados e administrados pela entidade empregadora								Código referente à origem do encargo	
2.1.1 Subsídio por doença e doença profissional						€			
2.1.2 Penhas de velhice, de invalidez e de sobrevivência						€			
2.1.3 Outras prestações de segurança social						€			
2.2 Encargos suportados, mas não administrados, pela entidade empregadora									
2.2.1 Subsídio por doença e doença profissional						€			
2.2.2 Penhas de velhice, de invalidez e de sobrevivência						€			
2.2.3 Outras prestações de segurança social						€			
2.3 Encargos de apoio e apoio social						3.588,15 €			
3. Potencial máximo anual (horas trabalháveis, durante o ano)								32.559,1	
4. Nº de horas não trabalhadas durante o ano, dos trabalhadores por conta de outrem, correspondentes aos dias normais de trabalho									
4.1 Motivo		4.2 Número de horas de ausência remuneradas				4.3 Número de horas de ausência não remuneradas			
01	H	0	M	0		H	0	M	0
02	H	0	M	0		H	0	M	0
03	H	0	M	0		H	0	M	0
04	H	133	M	0		H	0	M	0
05	H	28	M	21		H	0	M	0
06	H	0	M	0		H	0	M	0
07	H	0	M	0		H	0	M	0
08	H	1	M	0		H	217	M	0
09	H	0	M	0		H	0	M	0
10	H	22	M	0		H	0	M	0
11	H	0	M	0		H	0	M	0
12	H	0	M	0		H	0	M	0
13	H	0	M	0		H	0	M	0
14	H	108	M	22		H	0	M	0

## CERTIFICADO

Data e hora de entrega: 2014-04-14 10:50  
Chave de certificação: 39810FVX277539I



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Autoridade para as Condições de Trabalho



Ministério da Saúde  
Direcção-Geral da Saúde

MINISTÉRIO DA SAÚDE  
Direcção-Geral da Saúde

### ANEXO D - Relatório Anual da Actividade do Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Número de Identificação Fiscal (NIF)	Número de Identificação da Segurança Social (NISS)	Nº da Unidade Local (estabelecimento)	Ano de referência
501208950	20006305869	138091	2013

## IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA

1. Número de Identificação Fiscal (NIF) 501208950	2. Número de Identificação da Segurança Social (NISS) 20006305869
3. Nome ou designação social: <u>APS - Administração do Porto de Sines, SA</u>	
4. Localização e contactos da sede	
4.1 Morada: <u>Rua do Porto Industrial</u>	
4.2 Localidade: <u>Sines</u>	
4.3 Código Postal: <u>7520 - 203 Sines</u>	4.4 País: <u>PT Portugal</u>
4.5 Distrito ou ilha/ Município/ Freguesia: <u>151301 Setúbal - Sines - Sines</u>	
4.6 Telefone/ Telemóvel: <u>260860650</u>	4.7 Fax: <u>260860650</u>
4.8 Endereço de correio electrónico: <u>helena.silva@portodesines.pt</u>	

## IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE LOCAL

1. Nome ou designação social: <u>APS - Administração do Porto de Sines, SA</u>	
2. Localização e contactos da sede	
2.1 Morada: <u>Rua do Porto Industrial</u>	
2.2 Localidade: <u>Sines</u>	
2.3 Código Postal: <u>7520 - 203 Sines</u>	2.4 País: <u>PT Portugal</u>
2.5 Distrito ou ilha/ Município/ Freguesia: <u>151301 Setúbal - Sines - Sines</u>	
2.6 Telefone/ Telemóvel: <u>260860650</u>	

## I - UNIDADE LOCAL (ESTABELECIMENTO)

1. Existiram trabalhadores ao serviço em algum período do ano de referência do relatório? Sim ☒ Não ☐

2. Actividade económica principal (CAE) da unidade local em 31 de Dezembro  
52220 ACTIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES POR ÁGUA

3. Número médio de trabalhadores afectos à Unidade Local, no ano:

	Total	Homens	Mulheres
3.1 Vinculados por contrato de trabalho ou equiparado ao empregador responsável pelo relatório	188	144	44
3.1.1 A trabalhar na unidade local (estabelecimento)	152	118	44
3.1.2 A trabalhar fora da unidade local (estabelecimento)	27	26	1
3.1.2.1 Trabalhadores temporários cedidos por contrato de utilização			
3.1.2.2 Trabalhadores em regime de cedência ocasional	27	26	1
3.1.2.3 Outros trabalhadores (em regime de teletrabalho ou trabalhadores no domicílio)			
3.2 Outros trabalhadores a trabalhar na unidade local (estabelecimento)			
3.2.1 Trabalhadores temporários cedidos por contrato de utilização			
3.2.2 Trabalhadores independentes e trabalhadores ao serviço de empresas prestadoras de serviços			
3.2.3 Trabalhadores em regime de cedência ocasional			
3.3 TOTAL (3.1 + 3.2)	188	144	44

4. Número total de horas efectivamente trabalhadas (incluindo as suplementares) durante o ano, pelos trabalhadores declarados em 3.1.1

**277045**

Processado por computador RU v2.0

Página 1

Certificado: 39810FVX277539I

II - NATUREZA DA MODALIDADE ADOPTADA NA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO			
1. Foram organizados os serviços de segurança no trabalho?		Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
2. Foram organizados os serviços de saúde no trabalho?		Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
3. Quantos trabalhadores estão afectos à organização da estrutura interna de 1ª socorros, combate a incêndios e evacuação de instalações?		21	
4. As actividades de segurança e saúde no trabalho foram organizadas:		Em conjunto <input checked="" type="checkbox"/> Em separado <input type="checkbox"/>	
5. Especifique a modalidade:			
5.1 No domínio da segurança:		5.2 No domínio da saúde:	
5.1.1 Serviço interno	<input checked="" type="checkbox"/>	5.2.1 Serviço interno	<input checked="" type="checkbox"/>
5.1.2 Serviço comum/partilhado	<input type="checkbox"/>	5.2.2 Serviço comum/partilhado	<input type="checkbox"/>
5.1.3 Serviço externo	<input type="checkbox"/>	5.2.3 Serviço externo	<input type="checkbox"/>
5.1.4 Actividades exercidas pelo empregador	<input type="checkbox"/>	5.2.4 Serviço Nacional/Regional de Saúde	<input type="checkbox"/>
5.1.5 Actividades exercidas pelo trabalhador designado	<input type="checkbox"/>		
6. Foram complementados os serviços especificados em 5.?		Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	

## III- PESSOAL DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

## 1. Serviços internos, comuns/partilhados e/ou externos

1.1 Indique o número de técnicos em cada grupo profissional, que exercem actividade efectiva na unidade local (estabelecimento):

1.1.1 Médicos do trabalho	1.1.2 Enfermeiros	1.1.3 Técnicos Superiores de SHT	1.1.4 Técnicos de SHT	1.1.5 Outro Pessoal
1	1	2	0	0
1.2 Médico(s) do trabalho:				
1.2.1 Nome do(s) médico(s) do trabalho:		1.2.2 Nº(s) de cédula profissional	1.2.3 Nº de horas mensais de afectação	
<u>João Francisco de Oliveira Campos</u>		<u>16131</u>	<u>36,00</u>	
1.3 Técnico(s) de Segurança e Higiene do Trabalho:				
1.3.1 Nome do(s) técnico(s) de Segurança e Higiene do Trabalho			1.3.2 Nº(s) Certificado de Aptidão Profissional (CAP)	
<u>Suze Miriam Correia</u>			<u>21120210ECS</u>	
<u>Anabela Cristina Candeias Galado</u>			<u>21930109ECS</u>	

## 1.4 Director/Responsável dos Serviços:

1.4.1 De Segurança	1.4.1.1 NIF	<u>123969530</u>	1.4.1.2 Nome	<u>João Afonso Brazuna Fontes</u>
1.4.2 De Saúde	1.4.2.1 NIF	<u>118826590</u>	1.4.2.2 Nome	<u>Helena Maria de Sousa Gomes da Silva</u>

## 1.5 Empregador

1.5.1 Nome do Empregador:

1.5.2 nº autorização:

## 1.6 Trabalhador Designado:

1.6.1 Nome do Trabalhador Designado:

1.6.2 nº autorização:

1.7 Nome do Representante do empregador para o acompanhamento dos serviços comuns/partilhados ou externos:

2. No caso de Serviços Externos, indicar denominação e número de identificação fiscal da(s) entidade(s) prestadora(s)

2.1 Serviços de Segurança

2.2 Serviços de Saúde

## IV - ACTIVIDADE(S) DO(S) SERVIÇO(S) DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

## 1. Foram organizados programas de prevenção:

1.1 Programa de prevenção de riscos profissionais: Sim ☒ Não ☐1.2 Programa de promoção da saúde: Sim ☒ Não ☐1.3 Programa de vigilância da saúde: Sim ☒ Não ☐2. Foram realizadas Auditorias? Sim ☒ Não ☐3. Foram realizadas Inspeções? Sim ☒ Não ☐

## 4. Acções de informação, consulta, e formação aos trabalhadores

## 4.1 Informação aos trabalhadores sobre os riscos inerentes à sua actividade profissional

4.1.1 Foram realizadas acções de informação? Sim ☒ Não ☐

4.1.1.1 Situação contemplada	4.1.1.2 Nº de acções realizadas	4.1.1.3 Nº de destinatários
01	1	1
03	1	1
99	2	2

## 4.2 Consulta aos trabalhadores na área da Segurança e Saúde no Trabalho

4.2.1 Foram realizadas acções de consulta? Sim ☒ Não ☐

4.2.1.1 Código da situação contemplada	4.2.1.2 Nº de acções realizadas	4.2.1.3 Nº de participantes
01	2	186
99	2	186

## 4.3 Formação dos trabalhadores nos domínios da Segurança e Saúde no Trabalho

4.3.1 Foram realizadas acções de formação? Sim ☒ Não ☐

4.3.1.1 Código da situação contemplada	4.3.1.2 Nº de acções realizadas	4.3.1.3 Nº de participantes
10	12	H 57 M 2
12	2	H 23 M 10
18	1	H 5 M 18

## 5. Identificação, avaliação e controlo dos factores de risco

5.1 Foram identificados factores de risco físico? Sim ☒ Não ☐

5.1.1 Código do agente	5.1.2 Nº de trabalhadores expostos	5.1.3 Nº de avaliações efectuadas	5.1.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
01	H 18 M 0	3	00 12
02	H 18 M 0	1	12
05	H 26 M 32	2	12
06	H 38 M 24	5	02 10 12
99	H 72 M 2	15	00 05 10 11 12

5.2 Foram identificados factores de risco químico? Sim ☒ Não ☐

Código interno	Código EINECS(Nº CE)	Identificação do agente	Menção ou frase de risco	Nº de trabalhadores expostos	Nº de avaliações efectuadas	Códigos das medidas de prev. adoptadas
1873	271-259-7	Hidrocarbonetos, C1-3: gases de petróleo liquefeitos (Uma combinação completa de hidrocarbonetos com n.º de átomos de carbono predominante na gama de C1 até C3 e que destila no intervalo de aproximadamente -154°C a -42°C.)	R36	H 32 M 2	1	12 14
1873	271-259-7	Hidrocarbonetos, C1-3: gases	R36	H 32 M 2	1	12 14

Processado por computador RU v2.0

Página 4

Certificado: 39810FVX2775391

1873	271-299-7	de petróleo líquidos. Uma combinação complexa de hidrocarbonetos com n.º de átomos de carbono predomi- nantemente na gama de C1 até C3 e que destila no intervalo de aproximadamente -154°C a -42°C.1	B23	H 32 M 2	1	12 14
1976	279-912-2	Óleos lubrificantes; Óleo base não especificado	B24	H 18 M 0	1	05 11 12 14
9999	:	Outros agentes químicos não especificados	B37	H 32 M 0	1	00 07 11 12 14
9999	:	Outros agentes químicos não especificados	B22	H 32 M 0	1	00 07 11 12 14
9999	:	Outros agentes químicos não especificados	B38	H 32 M 0	1	00 07 11 12 14
9999	:	Outros agentes químicos não especificados	B36	H 32 M 0	1	00 07 11 12 14
9999	:	Outros agentes químicos não especificados	B40	H 32 M 0	1	00 07 11 12 14
9999	:	Outros agentes químicos não especificados	B23	H 32 M 0	1	00 07 11 12 14
9999	:	Outros agentes químicos não especificados	B25	H 32 M 0	1	00 07 11 12 14
9999	:	Outros agentes químicos não especificados	B24	H 32 M 0	1	00 07 11 12 14
9999	:	Outros agentes químicos não especificados	B7	H 32 M 0	1	00 07 11 12 14



5.3 Foram identificados factores de risco biológico? Sim ☒ Não ☐

5.3.1 Código do agente	5.3.2 Identificação do agente	5.3.3 Classificação do agente	5.3.4 Nº de trabalhadores expostos	5.3.5 Nº de avaliações efectuadas	5.3.6 Códigos das medidas de prev. adoptadas
1067	Legionella pneumophila	C.A.	H 68 M 73	1	06 13 14
1070	Listeria monocitogenes	C.A.	H 3 M 0	2	06 10 14
9999	Outra	C.A.	H 30 M 1	3	14

5.4 Foram identificados factores de risco relacionados com a actividade, capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético? Sim ☒ Não ☐

5.4.1 Código do agente	5.4.2 Nº de trabalhadores expostos	5.4.3 Nº de avaliações efectuadas	5.4.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
01	H 26 M 32	1	08
02	H 87 M 33	8	00 06 08
03	H 26 M 32	2	04 08
04	H 68 M 32	5	00 08
05	H 66 M 2	15	00 01 06 07 08 22
06	H 68 M 73	4	00 07 08
07	H 26 M 32	1	02 03 04
08	H 37 M 1	2	06

5.5 Foram identificados factores de risco Psicossociais e Organizacionais? Sim ☒ Não ☐

5.5.1 Código do agente	5.5.2 Nº de trabalhadores expostos	5.5.3 Nº de avaliações efectuadas	5.5.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
01	H 26 M 32	2	01 06
03	H 60 M 52	4	22
04	H 60 M 52	4	22
05	H 68 M 1	7	01 06
22	H 62 M 33	12	22

5.6 Foram identificados outros factores de risco para a Segurança e Saúde no Trabalho? Sim ☒ Não ☐

5.6.1 Código do agente	5.6.2 Nº de trabalhadores expostos	5.6.3 Nº de avaliações efectuadas	5.6.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
03	H 18 M 0	3	00
06	H 103 M 74	20	00 11 12 14
08	H 72 M 2	6	00
09	H 35 M 1	7	00 11 12 15 16 17
10	H 60 M 0	6	08 12 16
11	H 32 M 0	4	02 12 16 17
12	H 32 M 2	3	00
14	H 86 M 42	11	00 07
22	H 130 M 74	33	00 08 11 12 16 17 22

## 6. Promoção e vigilância da saúde

6.1 Foram realizados exames de admissão, periódicos e/ou ocasionais? Sim ☒ Não ☐

		Total	Exames médicos			
			Interior < 10 anos	10 a 19 anos	20 a 49 anos	50 e mais anos
Total de exames	H	155	0	0	20	85
	M	74	0	0	44	30
6.1.1 Total de exames de admissão	H	1	0	0	1	0
	M	0	0	0	0	0
6.1.2 Total de exames periódicos	H	107	0	0	41	66
	M	32	0	0	13	19
6.1.3 Total de exames ocasionais	H	47	0	0	28	19
	M	42	0	0	31	11
6.1.3.1 Mudança de posto de trabalho	H	1	0	0	1	0
	M	0	0	0	0	0
6.1.3.2 Alterações no posto de trabalho	H	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0
6.1.3.3 Regresso ao trab. após ausência superior a 30 dias	H	1	0	0	1	0
	M	1	0	0	1	0
6.1.3.3.1 Pós baixa por acidente de trabalho	H	1	0	0	1	0
	M	0	0	0	0	0
6.1.3.3.2 Pós baixa por doença	H	0	0	0	0	0
	M	1	0	0	1	0
6.1.3.4 Inicialização do médico	H	27	0	0	8	19
	M	12	0	0	2	11
6.1.3.5 Pedido do trabalhador	H	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0
6.1.3.6 Por cessação do contrato de trabalho	H	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0
6.1.3.7 Outras razões	H	18	0	0	18	0
	M	28	0	0	28	0

6.2 Foram realizados exames complementares? Sim ☒ Não ☐

6.2.1 Exame	6.2.2 Nº total de exames	6.2.3 Factor de risco
01	133	00
02	121	00
03	86	00
04	6	00
05	109	01
08	72	00
99	1895	99

6.3 Foram realizadas ações de imunização? Sim ☒ Não ☐

6.3.1 Vacina	6.3.2 Nº de inoculações	6.3.3 Nº de trabalhadores abrangidos
22	20	H 18 M 1

6.4 Foram realizadas ações de promoção da Saúde no Trabalho? Sim ☒ Não ☐

6.4.1 Actividade desenvolvida	6.4.2 Nº de ações de promoção da saúde realizadas	6.4.3 Nº de trabalhadores abrangidos
06	1	H 6 M 18
11	3	H 0 M 3

V - ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFissionais						
1. Ocorreram acidentes de trabalho, no tempo de trabalho, com trabalhadores indicados no quadro I, questão 3.1.1? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>						
1.1 Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, segundo o escalão de duração da baixa (não incluir neste item a informação referente aos acidentes de trabalho)						
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa
1.1.1 N° de acidentes no trabalho (AT) ocorridos	H	1	0	0	0	1
no ano de referência do relatório	M	0	0	0	0	0
1.1.2 N° de dias de trabalho perdidos na sequência de	H	85	0	0	0	85
AT ocorridos no ano de referência do relatório	M	0	0	0	0	0
1.1.3 N° de dias de trab. perdidos no ano de ref. do	H	0	0	0	0	0
relatório, na seq. dos AT ocorridos em anos anteriores	M	0	0	0	0	0
1.2 Cálculo das taxas de frequência e gravidade dos acidentes de trabalho não mortais, segundo as fórmulas:						
1.2.1 Taxa de frequência: $TF = (N^{\circ} \text{ de acidentes de trab. com baixa} / N^{\circ} \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$						
						= 3,61
1.2.2 Taxa de gravidade: $Tg = (N^{\circ} \text{ de dias perdidos} / N^{\circ} \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$						
						= 306,81
2. Ocorreram acidentes de trabalho, no tempo de trabalho, com trabalhadores indicados no quadro I, questão 3.2? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>						
3. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho totais e mortais, ocorridos com os trabalhadores indicados no quadro I, questões 3.1.1 e 3.2						
3.1 Taxa de incidência (Total AT) TIT = $(N^{\circ} \text{ de AT Total} / N^{\circ} \text{ total de trab. em I - 3.1.1 e I - 3.2}) \times 1000$						
						= 5,17
3.2 Taxa de incidência (AT Mortais) TIM = $(N^{\circ} \text{ de AT mortais} / N^{\circ} \text{ total de trab. em I - 3.1.1 e I - 3.2}) \times 1000$						
						= 0
4. Doenças Profissionais de participação obrigatória						
4.1 Foram participadas doenças no ano? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>						
4.2 Foram confirmadas doenças no ano? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>						

## CERTIFICADO

Data e hora de entrega: 2014-04-14 10:51  
Chave de certificação: 54233DAD487224Y

## ECT

INFORMAÇÃO SOBRE EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

## ANEXO E - GREVES

Ano de Referência: 2013

## IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA

Número de Identificação Fiscal (NIF): 501208050  
 Número de Identificação Segurança Social (NISS): 20008376869  
 Nome ou designação social: APS - Administração do Porto de Sines, S.A.  
 1. Existiram greves durante o ano de referência do relatório? Sim ☒ Não ☐  
 2. Actividade económica principal (CAE) da entidade empregadora em 31 de Dezembro  
82220 ACTIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES POR ÁGUA  
 3. Número de pessoas ao serviço na entidade em 31 de Dezembro: 189  
 4. Número médio anual de trabalhadores por conta de outrem (TCO) na entidade: 189

## I. UNIDADE LOCAL (ESTABELECIMENTO) - Sede

Número de Unidade Local: 138091  
 Número de Identificação Fiscal (NIF): 501208050  
 Localização e contactos:  
 Morada: Rua do Porto Industrial  
 Localidade: Sines  
 Código Postal: 7520 -203 Sines  
 1. Existiram greves na unidade local durante o ano de referência do relatório? Sim ☒ Não ☐  
 2. Actividade económica principal (CAE) da unidade local em 31 de Dezembro  
82220 ACTIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES POR ÁGUA  
 3. Número de pessoas ao serviço na unidade local em 31 de Dezembro: 189  
 4. Número médio anual de trabalhadores por conta de outrem (TCO) na unidade local: 189

## II. GREVE

1. Identificação da greve: 100 Todas  
 1.1 Principais reivindicações expressas e resultados obtidos  
 1.1.1 Reivindicação: 999 OUTRAS REIVINDICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS 1.1.2 Resultado: 3 Repusado  

1.2.1 Data da greve	1.2.2 PNT (horas)	1.2.3 N.º de trabalhadores em greve	1.2.4 Duração da paralisação
06 / 27 (mês) (dia)	40,00 (horas) (minutos)	6	00,00 (horas) (minutos)